



Anais da Assembléia

Nº 104

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE AGOSTO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Sales Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Aives dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 69.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário e Ovídio Constantino (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Telex:

Senhor Presidente.

Comunico a V. Exa. que estarei em viagem oficial a Assunção-Paraguai, durante os dias 14, 15 e 16 corrente, a fim de tratar de assuntos relacionados com o MERCOSUL e participar da posse do Presidente Juan Carlos Wasmosy.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) GOVERNADOR DO ESTADO

CASA CIVIL

Curitiba, 03.08.93

OF. ATCC 4386/93

Senhor Presidente:

Comunico a V. Exa. que o Exmo. Sr. Governador Roberto Requião estará em viagem oficial a Assunção, Paraguai, durante os dias 14, 15 e 16 do corrente, a fim de tratar de assuntos relacionados com o MERCOSUL e participar da posse do Presidente Juan Carlos Wasmosy.

Atenciosamente,

CAÍTO QUINTANA

Chefe da Casa Civil

Excelentíssimo Senhor
 Deputado Orlando Pessuti
 Presidente da Assembléia
 Legislativa do Estado
 Nesta

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº ATCC 4286/93, do Sr. Mauro Rocha - Chefe da Casa Civil substituto, em resposta ao Pedido de Informações, solicitado pelo Deputado Algaci Túlio à FUNDEPAR, para que seja esclarecido sobre "A PUBLICIDADE DE ATOS OFICIAIS". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 4312/93, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações, solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier ao Secretário de Estado da Fazenda, para que seja esclarecido sobre "RECOLHIMENTO DE ICMS DO RAMO DE SUPERMERCADOS". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 4359/93, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitado pelo Deputado Algaci Túlio ao Secretário de Estado da Administração, para que seja esclarecido sobre "CONTRATAÇÃO DE INSPETOR DE QUARTEIRÃO". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº ATCC/93, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitado pelo Deputado Paulo Maia ao BANESTADO, para que seja esclarecido sobre "DEMISSÕES DE TRABALHADORES DO QUADRO PESSOAL DO BANCO, NOS MESES DE ABRIL E JUNHO DE 1993". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 4302/93, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil em resposta ao Pedido de Informações, solicitado pelo Deputado LUIZ CARLOS MARTINS à Governadoria do Estado, para que seja esclarecido sobre "RELACIONAMENTO LEGAL EXISTENTE EN-

TRE A COPEL E COCEL". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 4299/93, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil em resposta ao Pedido de Informações, solicitado pelo Deputado Luiz Henrique Bona Turra à Governadoria do Estado, para que seja esclarecido sobre "MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DA COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO PARANÁ - COPEL". Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Ofício n° 080/93

Senhor Presidente.

Pelo presente desejo comunicar a V. Exa. que não me farei presente às sessões plenárias dos dias 04 e 05 próximos vindouros, por encontrar-me ausente desta Capital em viagem para tratar de assuntos particulares.

Ao ensejo renovo a V. Exa. meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) COLOMBINO GRASSANO

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2675

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2734

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 398/92, de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell da Ordem do Dia de hoje por cinco Sessões.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 2688

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 178/93, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 2689

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 179/93 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 2690

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 190/93, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 2679

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, Votos de Pesar pelo falecimento do Senhor Plínio Menarim, ocorrido no dia 30 de julho do corrente ano, na Cidade de Castro, no Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua Dr. Costa Carvalho, s/n°, na Cidade de Castro/Pr.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 30 de julho de 1993, faleceu o Senhor Plínio Menarim, cidadão que em muito contribuiu para o desenvolvimento daquela região, seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos, desejamos endereçar à família, Votos de Pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO N° 2683

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Jair de Freitas, e o encaminhamento de Expediente à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Jair de Freitas foi um dos pioneiros de Francisco Beltrão/Pr, onde chegou em 1946.

Homem de iniciativa inigualável, na qualidade de funcionário público federal, foi um dos fundadores da Colônia Agrícola

General Ozório/CANGO, um dos marcos da história da colonização do Sudoeste do Paraná.

Posteriormente ele passou a exercer as funções de Coletor Federal, cargo que exerceu com irrepreensível conduta até aposentar-se. Foi o Vereador mais votado de Beltrão e Presidente da Câmara Municipal na Legislatura 1957-1960.

O Senhor Jair de Freitas sempre destacou-se pela integridade de seu caráter, sendo considerado ao longo de toda a sua vida como uma das reservas morais e intelectuais de Beltrão/Pr.

Sempre voltado para os interesses da comunidade, ele deixa saudosos inúmeros amigos, sua esposa, Senhora Irene de Freitas, e seus filhos: Átila Freitas, Jair de Freitas Júnior, Adir Freitas Palú, Aydê Freitas e Hedda Conterno.

O Senhor Jair de Freitas legou a todos aqueles que tiveram o prazer de conhecê-lo o espírito de lealdade e dignidade do homem público. Fundador do Lions Club e de todos os demais clubes sociais da cidade, ele sempre optou por vida modesta, apesar dos importantes cargos públicos que exerceu.

Como reconhecimento pelos inúmeros serviços prestados a comunidade beltronense, a Câmara Municipal outorgou-lhe, em 1992, o título de Cidadão Honorário do Município.

REQUERIMENTO N° 2684

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Senhora MODESTA MORO, falecida recentemente nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Senhora MODESTA MORO era mãe do Senhor Ivo Moro, nosso companheiro há muitos anos, desde os tempos em que éramos Prefeito de Santo Antonio.

Com este requerimento gostaríamos de externar nosso profundo pesar, e a certeza de que Deus já acolheu em seu Reino tão bondosa senhora, e saberá consolar os seus familiares.

REQUERIMENTO N° 2685

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Senhora OLGA SEIFFERT e o envio de Expediente para a família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Senhora OLGA SEIFFERT sempre exerceu uma atividade destacada na comunidade beltronense, onde sempre foi reconhecida como uma amiga muito querida.

Professora dedicada, com seu esmero e experiência, ela ajudou a formar centenas de jovens no município.

Sua maior alegria era estar na sala de aula, local que o destino escolheu para ser palco de sua passagem desta vida para outra.

A Senhora OLGA SEIFFERT deixa seis filhos: Marcia, Marina, Mariza, Raquel, Milton Junior e Cezar.

A comunidade religiosa de Beltrão também lamenta profundamente sua perda, pois a Senhora OLGA SEIFFERT era uma ativa participante de vários movimentos cristãos.

Francisco Beltrão lamenta profundamente a perda de mais um dos seus queridos filhos.

REQUERIMENTO N° 2693

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. José Hanor Rodrigues, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa, dia 29 de julho próximo passado.

O Senhor José era representante comercial, pessoa de grande prestígio, que com certeza, irá fazer grande falta para sua família e para a sociedade pontagrossense.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, em nome de sua esposa a Senhora Zelinda Rodrigues e filhos, residente à Rua General Carneiro 195, na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2696

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor MANOEL CARNEIRO, e que seja dado conhecimento da proposição em apreço aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Clevelândia sofreu uma grande perda com o passamento do Senhor MANOEL CARNEIRO, pessoa muito querida naquela sociedade e que deixará eternas saudades.

Foi um pioneiro no município, onde exercia a digna profissão de agricultor, contribuindo para o desenvolvimento e progresso daquela cidade.

REQUERIMENTO N° 2697

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. MILED MANOEL, e que seja dado conhecimento desta proposição aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente, o Município de Joaquim Távora perde um grande homem e amigo.

O Sr. MILED MANOEL, foi uma pessoa de destaque naquela sociedade, trabalhando em favor do seu desenvolvimento e progresso, onde era comerciante.

A sua atuação em benefício daquela comunidade levou-o a ser eleito por duas vezes Prefeito, deixando registrado na história do município várias obras marcantes.

Era muito querido naquela comunidade e o seu passamento deixa uma grande lacuna e eterna saudade.

REQUERIMENTO N° 2698

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor CAIO PERONDI, e que seja dado conhecimento desta proposição aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

Caio Perondi era um jovem que tinha uma promissora carreira política. Sempre envolvido em assuntos nessa área, tinha especial destaque pela sua firme atuação em defesa do programa do partido ao qual pertencia.

Assessorou diversos parlamentares e inclusive o ex-Ministro Deni Schwartz, oferecendo com dedicação e competência, considerável parcela de contribuição para o desenvolvimento do nosso povo.

Conhecíamos o seu trabalho, e por isso, frisamos que o Paraná perde um líder que muita falta fará nos meios políticos do Estado.

REQUERIMENTO N° 2699

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ODAIR CHIKOSKI e de sua filha TATIANE, e que seja dado conhecimento desta proposição a seus familiares.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

Salto do Lontra está de luto pelo trágico passamento do Sr. Odair Chikoski e da sua filha Tatiane, de família tradicional daquela região, que tiveram suas vidas ceifadas ao serem atropelados em acidente ocorrido em 25 de julho do corrente.

Agricultor e pioneiro do município, o Senhor Odair Chikoski teve uma vida exemplar, deixando um grande número de amigos.

Por serem muito queridos naquela sociedade deixam eternas saudades, e um espaço que jamais será preenchido.

REQUERIMENTO N° 2700

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento da jovem BERENICE ZYGUER, e que seja dado conhecimento desta proposição aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Guaraniáçu está de luto pela morte de uma filha que tão jovem nos deixou.

Berenice Zyguer, era uma pessoa alegre e querida, que muita falta fará àquela comunidade. Como funcionária pública sempre foi atenciosa e dedicada, conquistando inúmeros amigos, que como nós estão transtornados pelo trágico acidente que ceifou a sua vida.

REQUERIMENTO N° 2714

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de MARIA CÂNDIDA TRINDADE, aos 110 anos de vida, ocorrido na Cidade de Cruzeiro do Oeste.

Trata-se de uma pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades em todos que a conheceram e conviveram ao longo de todos esses anos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É, sem dúvida, uma grande perda para todos.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2715

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo fale-

cimento de DARCI SILVEIRA, ocorrido no Município de Pinhais - PR.

Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos em decorrência de seu passamento.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2717

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento de LÚCIA CORTIANO, aos 84 anos de vida, ocorrido nesta Capital.

Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, recebendo ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma grande perda, deixando muitas saudades a todos!

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2721

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento de ARLINDA COSTA, aos 77 anos de vida, ocorrido nesta Capital.

Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, recebendo ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma grande perda, deixando muitas saudades a todos!

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2671

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente Sessão, "Votos de Congratulações" e cumprimentos pela inauguração do "Centro de Reabilitação Dom Orione", no Pequeno Cotelengo do Paraná, no dia 08 de agosto de 1993, expressões essas que atribui às pessoas do PE. GERALDO DA CRUZ CARVALHO, Superior Provincial da Congregação Orionita; ao PE. ANTONIO DARIDA, Diretor do Pequeno Cotelengo; extensivas ao Conselho e religiosos da Congregação Orionita, bem como aos funcionários e voluntários que atuam junto ao Pequeno Cotelengo do Paraná.

O Pequeno Cotelengo do Paraná (Dom Orione) foi fundado em 25 de março de 1965, com o objetivo de atender pessoas portadoras de deficiências em estado de abandono familiar.

Essa obra teve origem na Itália com seu fundador, Pe. Luis Orione, que foi precursor do trabalho iniciado pelo Pe. José Benedito Cotelengo, e como homenagem a este Padre, as obras levam o nome de Pequeno Cotelengo.

O Pequeno Cotelengo é uma entidade particular, sem fins lucrativos, que atende às pessoas do sexo feminino de 0 a 21 anos, portadoras de deficiência física, mental e múltipla, abandonadas pela família, oferecendo aos seus internos atendimentos de: Serviço Social, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Musicoterapia, Fonoaudiologia e Pedagogia.

A entidade é mantida, basicamente, através de doações da comunidade, promoções, bingos e churrascos organizados por um grupo de voluntários.

Por isso, a inauguração no próximo dia 08 de agosto do "Centro de Reabilitação Dom Orione" vem coroar os esforços da congregação e da comunidade curitibana, que não cessam de lutar para oferecer aos menos favorecidos, uma assistência cada vez melhor, com maiores recursos e qualidade de atendimento.

Da decisão do Plenário requer, ainda, seja dada ciência ao Pe. Geraldo da Cruz Carvalho e Pe. Antonio Darida, no seguinte endereço: Rua José Gonçalves Júnior, 140 - CEP 80.240-990 - Curitiba (PR).

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2691

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação, à Prefeitura Municipal de Rebouças, pela brilhante idéia de criar a campanha "JOGUE LIMPO".

Esta campanha visa recolher o lixo que não é lixo, de modo que a população recebe cupons para concorrer a isenção do IPTU, e também outros prêmios.

A cada dois quilos de lixo, o reboucense recebe um cupom, que ele irá guardar para concorrer a isenção do IPTU. Além da pessoa sorteada, também será isenta a pessoa que possuir o maior número de cupons, estimulando ainda mais a campanha.

O mais importante desta campanha é o fato de que o lixo é vendido, e o dinheiro arrecadado é distribuído entre as entidades de caridade.

Tal campanha foi de grande aceitação

na cidade, que tem uma administração honesta e esforçada e além de tudo "JOGA LIMPO" com os munícipes.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, ao Município de Rebouças, em nome do Prefeito Municipal, o Senhor João Pedrolin de Toledo.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2701

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado votos de congratulações e aplausos a Corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná, pela passagem dos 139 anos de existência.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

O presente se dá por motivo do centésimo trigésimo nono aniversário da Coporação da Polícia Militar do Paraná no próximo dia 10 de agosto do ano em curso.

Salientamos, através do presente, o importante desempenho e competência dos serviços prestados à comunidade paranaense.

Que o teor do presente dê-se ciência ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em Ata de Voto de Congratulações ao Senhor JOSÉ CARLOS MATEUS, por sua recente eleição ao cargo de Presidente da Associação dos Funcionários do Setor de Água, Luz e Esgotos do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2705

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em Ata de Voto de Congratulações, dirigido ao CONSELHO PERMANENTE DA MULHER EXECUTIVA DE CAMPO MOURÃO, pela organização do Seminário "A Década da Mulher nos Negócios", levado a efeito em Campo Mourão, tendo como objetivo a conquista de espaço junto ao meio empresarial, e a valorização de si mesma, no aspecto familiar, social e profissional.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, dê-se ciência a ilustríssima Presidente, Senhora Walquíria Souza Pinto

Damha.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2706

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em Ata de Voto de Congratulações, dirigido ao Grupo de Jovens El Shaddai, pela organização do II Festival de Música Sacra de Campo Mourão, realizado no dia 11 p.p., visando a integração da juventude mourãoense nos caminhos cristãos e sadios.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, dê-se ciência ao seu ilustre Presidente, Valdevir Rodrigues Pereira.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações, ao Senhor José Luiz Boabaid, pelo recebimento do Título Honorário, no último dia 29 de julho, na cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Mercê do trabalho de anos, junto ao comércio de Paranaguá, e ainda sua participação nas diferentes atividades dentro do município, o atual Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, empresário José Luiz Boabaid, recebeu no último dia 29 de julho, como parte das comemorações dos 345 anos da cidade, o Título de Cidadão Honorário, numa Sessão Solene da Câmara de Paranaguá, realizada no Palácio Visconde de Nacar.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado ao Senhor José Luiz Boabaid, um Voto de Congratulação pelo honroso título de Cidadão Honorário de Paranaguá, e como representações daquela cidade nessa Assembleia Legislativa, expressamos a nossa satisfação pelo fato.

REQUERIMENTO N° 2727

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações, ao Senhor Walter Bassaneze, pelo recebimento do Título de Cidadão Honorário de Paranaguá, no último dia 29 de julho do ano em curso.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O trabalho de muitos anos, desde do Comércio Cafeeiro até as atividades filantrópicas, fizeram com que o cidadão Walter Bassaneze se tornasse, com o decorrer dos anos, uma pessoa conhecida em todas as camadas sociais da cidade de Paranaguá, aliado ao fato de exemplar chefe de família.

Seu trabalho sempre alicerçado em auxiliar o próximo, como a si mesmo, sempre ficou no anonimato, fato que, ao passar dos anos o dignificou mais junto à comunidade.

Em Sessão Solene da Câmara Municipal de Paranaguá, nas comemorações dos 345 anos de Paranaguá, realizado no último dia 31, as 11:30 horas, Walter Bassaneze recebeu o título de Cidadão Honorário de Paranaguá, fato que muito nos envaidece e nos orgulha como representante daquela cidade nessa Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO N° 2735

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao Doutor Júlio Rocha Xavier, pelo lançamento do livro "Nos Caminhos da Política".

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Como disse o eminente Professor João Régis Fassbender Teixeira, na apresentação de "Nos Caminhos da Política": "Antes de mais nada, é verdadeira autobiografia de um gênio. De pessoa que marca presença desde 1930 na sociedade brasileira. Órfão de pai em primeiro lugar; sem mãe muito jovem, ainda, com a obrigação de criar um punhado de irmãs menores, consegue terminar o colegial com raro brilhantismo. Lutando pela vida com grande denodo, em época em que seus companheiros ainda curtiam apenas o lazer dos anos dourados, foi Julinho praticamente de tudo, um dos primeiros e mais antigos funcionários do Ministério do Trabalho; um dos primeiros especialistas em Direito do Trabalho do Brasil; amigo de cama e mesa do imortal Getúlio Vargas, em termo de cargos públicos - eletivos ou não -".

O Dr. Júlio formou-se em Direito pela gloriosa UFPR, sendo mais uma vez orador de turma, proferindo brilhante oração. Foi, depois, Deputado Constituinte em 1947, desenvolvendo posteriormente outras funções da maior importância, onde sempre desenvolveu suas atividades com dedicação, seriedade e muita competência.

"Nos Caminhos da Política" vem - opor-

tunamente registrar - não apenas a contribuição política do Doutor Júlio Rocha Xavier ao nosso Paraná e ao Brasil, como principalmente, oferecer à população um valioso exemplo de vida, através dos caminhos percorridos por passos seguros pelo amigo "Julinho".

Por tudo isto, pelo que representa para a nossa história, requeiro ao Plenário da Assembléia um voto de louvor ao Dr. Júlio Rocha Xavier, pela feliz iniciativa de fazer publicar "Nos Caminhos da Política".

REQUERIMENTO N° 2736

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos nos Anais do Poder Legislativo votos de congratulações aos formandos do curso Auxiliar de Enfermagem de 1993, do Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha.

Que do teor do presente dê-se ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Em bonita cerimônia realizada no dia 22 de julho próximo passado, nesta Capital, o Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha formou mais uma turma de Auxiliares de Enfermagem. São os seguintes os novos profissionais: Arionete de A. Souza, Carmem Lúcia M. Alexandre, Carmem Lúcia M. Costa, Claudicéia B. de Souza, Ieda M. C. Seixas, Inês do Rocio Machoseki, Iracema Laguna, Iracema Cruz, José Carlos Teixeira, Jurema de A. Arruda, Margarete B. Camargo, Maria A. R. de Oliveira, Maria C. Venâncio, Maria H. V. da Silva, Neuza Zaffonato Borges, Solange Bernadete Alves e Ruth Nogueira Daniel.

É importante registrar, nesta Casa, a conquista desses profissionais, pelo esforço que representa. Essa conquista não pode ser assentada em outro lugar que não a realidade brasileira, onde apenas uma ínfima minoria da população consegue concluir os estudos de segundo grau e conquistar uma profissão qualificada.

O título conferido aos novos Auxiliares de Enfermagem é fruto de um processo, de uma conquista.

Conquista porque os estudantes tiveram que lutar por ele, abdicando de horas de lazer para dedicarem-se aos livros, às aulas e ao estudo.

E é um processo porque não é com esse diploma que as portas do mundo estarão abertas aos formandos. Ultrapassar os umbrais do seletor e concorrido mercado de trabalho exige mais do que título. Exige dedicação e competência para aprimorar-se a cada dia; exige compreensão e ética para

tratar do paciente e conviver com os demais colegas de profissão; exige respeito aos juramento profissional e, mais que tudo, amor e solidariedade.

Amor ao ofício e ao objeto dele, o ser humano. E solidariedade verdadeira, revelada na capacidade de dar de si próprio para que o outro tenha mais vida, tenha mais alegria, tenha mais esperança.

REQUERIMENTO N° 2723

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de um Voto de Aplauso ao ex-Vereador Emílio Pouço Peres Júnior, Autor do Projeto de Lei que concedeu o Título de Cidadão Honorário de Paranaguá ao Senhor Walter Bassaneze.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Durante os quatro anos que esteve na Câmara Municipal de Paranaguá, o Senhor Emílio Pouço Peres Jr., realizou um trabalho dos mais profícuos em todas as atividades Legislativas, pautando sempre por uma linha de ações coerentes, e tendo um procedimento dos mais corajosos em termos de homem público voltado aos interesses comunitários.

Em momento de muita profundidade, apresentou no Legislativo daquela cidade, o Projeto de Lei que concedeu o Título de Cidadão Honorário a Walter Bassaneze, fato transformado em lei. Por essa razão, solicitamos que seja enviado ao mesmo um Voto de Aplauso, cumprimentando-o pela iniciativa, já que no último dia 29 de julho, durante a Sessão Solene, numa prerrogativa democrática o homenageado recebeu o significativo título.

Temos plena certeza que ações dessa natureza é que ficaram marcadas na vida daquela cidade portuária.

REQUERIMENTO N° 2719

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de louvor ao empresário Selvino Bogolin, presidente reeleito do Sindicato dos Lojistas de Cascavel.

Trata-se de um grande empresário, com expressiva liderança em seu setor em toda a Cascavel e região e que, mercê do bom trabalho desenvolvido, foi reconduzido por unanimidade para mais um mandato, juntamente com seus Companheiros de Diretoria.

Vimos com simpatia estas novas lideranças que surgiram no seio empresarial e é bom perceber que seus trabalhos são re-

conhecidos pelos associados. Isto mantém acesa a necessária força empresarial que faz crescer este País. Pedimos que esta manifestação se estenda a todos os companheiros de Selvino Bogolin!

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2669

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Excelentíssimo Senhor Deputado ALBERTO GOLDMAN, Digníssimo Ministro dos Transportes, solicitando o asfaltamento do trecho paranaense da Rodovia BR-153 - Transbrasiliana.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia Transbrasiliana é um importante meio de integração regional e nacional por ligar os dois extremos do País, inclusive Uruguai, além de servir como fator de incremento às atividades decorrentes do MERCOSUL.

O asfaltamento do trecho paranaense dessa Rodovia é um anseio de cerca de 250 mil paranaenses, distribuídos em 14 municípios da Região dos Campos Gerais - região que represento pelo 3° mandato consecutivo na Assembléia Legislativa.

O Projeto da BR-153, no Paraná, está dividido em 3 trechos distintos, de acordo com o DNER, a saber:

- 1° Trecho: Ventania - Alto do Amparo, com uma extensão de 84,23 km;
- 2° Trecho: Alto do Amparo - Imbituva, com uma extensão de 55,2 km;
- 3° Trecho: Imbituva - Irati, com uma extensão de 30 km.

O 1° Trecho é o único que possui todos os projetos necessários à sua imediata execução e é o que se apresenta como de mais fácil consecução, posto que a ligação já existe, restando tão somente a pavimentação de seu leito.

O trecho Ventania - Alto do Amparo da Rodovia BR-153 integra o Plano Rodoviário Nacional e este segmento se constitui num elo de ligação entre as rodovias BR-376 - Rodovia do Café, pavimentada e a PR-090 - Estrada do Cerne, em revestimento primário.

Cruzando uma região que se dedica a atividades como pecuária de corte, agricultura, extração de madeira e reflorestamento, se constitui em peça fundamental da infra-estrutura econômica do segundo planalto paranaense.

Associada à rede de estradas da região atenderá uma área de 10.023 km² compreendendo os Municípios e Santo Antônio da Platina, Ribeirão do Pinhal, Abatiá, Jun-

diaí do Sul, Guapirama, Conselheiro Marink, Jaboti, Pinhalão, Japira, Ibaiti, Sapopema, Curiúva, Arapoti e Tibagi, que totalizam uma população superior a 190.847 habitantes, correspondentes a 2,1% do total da população do Estado.

Assim, esta obra caracterizar-se-ia como um marco inquestionável e invencível na consolidada e convicta integração federativa, e mais:

- absorveria parte do tráfego das BRs 116 e 376 (trecho Curitiba - Garuva) que hoje estão sobrecarregadas;
- adiar a necessidade de construção da BR-101 (trecho paranaense), o qual esbarra em problemas ecológicos com a Serra do Mar; e
- desenvolveria os municípios que hoje estão classificados como pertencentes à uma das regiões mais pobres do Estado.

REQUERIMENTO N° 2672

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de Ofício a Ilustríssima Senhora Maristela Requião, Mui Digna Presidente da PROVOPAR/AÇÃO SOCIAL-PR, solicitando a doação de 200 (duzentos) cobertores à Câmara Municipal de Palmeira, objetivando a distribuição dos mesmos à população carente do município.

A grande camada empobrecida da população palmeirense está enfrentando enormes dificuldades com o frio que vem atingindo de forma cruel o município de Palmeira, trazendo graves problemas de saúde e, podendo, até mesmo, causar a morte de inúmeras pessoas que não têm condições financeiras nem para se alimentarem, quanto mais para adquirirem um cobertor.

Requer, ainda, que a decisão do Plenário seja dada ciência ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Palmeira.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

REQUERIMENTO N° 2692

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, Osmar Dias, solicitando auxílio para o viveiro municipal de Irati.

O viveiro tem uma previsão de produção de 100 mil mudas por ano de diversas variedades, para que esta previsão se torne eficaz, é preciso o auxílio da Secretaria da Agricultura no tocante a tecnologia avançada e os melhores recursos para que este viveiro seja adequado à germinação das mudas.

Ao fim de um ano serão 100 mil novas árvores que estarão à disposição da população, que com certeza ajudará cada vez mais no plantio e conservação de árvores.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2707

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Professor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a adoção das medidas adiante especificadas para a rede educacional pública do Município de Peabiru.

- 1) Verbas para aquisição da merenda escolar;
- 2) Material didático e pedagógico;
- 3) Acervo bibliográfico;
- 4) Televisor, videocassete, telão e retroprojeto;
- 5) Carteiras escolares;
- 6) Equipamento técnico-laboratoriais para os cursos de 2° grau;
- 7) Escritório modelo de contabilidade;
- 8) Equipamento de fisioterapia para a APAE;

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O ensino público de Peabiru é composto por dois estabelecimentos de ensino estadual, e três estabelecimentos de ensino municipal, localizados na zona urbana do município. Contando ainda, com um estabelecimento público e vinte escolas rurais, no programa de interiorização da educação daquele município.

Embora disponha de considerável estrutura física, a infra-estrutura material deixa muito a desejar. Pois, os estabelecimentos estão prescindindo urgentemente dos equipamentos e recursos que dão causa à presente solicitação.

A Secretaria de Estado da Educação, conta com um especialista na sua direção, que além de sua capacidade pessoal, desenvolve intimamente a vontade de solucionar os problemas estruturais da área educacional do Paraná. Diante desta feliz realidade, espera a comunidade escolar de Peabiru, o atendimento destas ínfimas e justas reivindicações.

REQUERIMENTO N° 2708

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde Pública, solicitando a doação

ção das medidas adiante especificadas para o Município de Peabiru.

- 1) Recursos para construção de Hospital Municipal;
- 2) Um veículo ambulância;
- 3) Medicamentos para o Centro Social do Município;
- 4) Um micro-computador para a área de saúde pública municipal.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

É grave a situação da saúde pública em todo o País, e portanto, Peabiru, não poderia apresentar um quadro diferente no setor.

A precariedade de recursos públicos para serem aplicados na saúde, deixa a população à mercê das endemias. Preocupados com esta realidade e, considerando que o Paraná é o Brasil que dá certo, as autoridades e a população daquele importante município do Estado, esperam ver suas poucas e justas solicitações atendidas pela Secretaria de Estado da Saúde Pública.

REQUERIMENTO N° 2709

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Delegado José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas, para a área de segurança pública do Município de Peabiru,

- 01 - Uma viatura policial;
- 2 - Aumento do valor da cota de combustível;
- 3 - Armamento e respectiva munição;
- 4 - Reforma da delegacia;
- 5 - Motocicleta para fiscalização no trânsito;
- 6 - Aumento no número do efetivo policial.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A situação vivida pelo atual sistema de segurança pública de responsabilidade do Estado prestada à comunidade de Peabiru, como nos demais municípios da COMCAM, classifica-se de precário a péssimo.

Falta segurança em todos os sentidos. A Polícia Civil tem seu trabalho dificultado, principalmente, pela falta de equipamentos mínimos exigidos para o desenvolvimento de suas atribuições. Além da constante e permanente falta de combustível, para as indispensáveis diligências, não dispõe também da infra-estrutura mínima como, delegacia segura, viatura policial, armamento e munição e déficit de pessoal.

A preocupação da comunidade cresce na proporção do aumento da criminalidade, razão pela qual espera-se providências urgentes do Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, autoridade responsável pelo setor.

REQUERIMENTO N° 2710

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando providências adiante especificadas, para o Município de Peabiru.

- 1 - Programa de micro-bacias;
- 2 - Um trator de esteira;
- 3 - Construção e instalação de abatedouro municipal;
- 4 - Construção e instalação de abastecedor municipal.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Peabiru tem sua economia fundada na produção agrícola, mais especificamente na produção de grãos, a qual, consolida-se ano a ano, apresentando papel destacado entre os produtores da região.

Os programas referenciados e aqui solicitados, seriam de grande valia para o incremento e a consolidação definitiva dos pequenos agricultores da região. A reconhecida capacidade do secretário, aliada à capacitação profissional dos seus inúmeros colaboradores, muito contribuiu para o presente estágio, razão pela qual, espera-se a viabilização das justas reivindicações aqui formuladas.

REQUERIMENTO N° 2711

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas, para o Município de Peabiru.

- 1 - Construção de uma ponte de concreto sobre o rio da Várzea, no trecho rodoviário Peaburu-Silviolândia-Barbosa Ferraz;
- 2 - Pavimentação asfáltica do mesmo trecho;
- 3 - Cascalhamento de estradas vicinais;
- 4 - Pavimentação asfáltica do trecho de acesso ao entreposto da COAMO.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

As presentes solicitações constituem justas e antigas pretensões da comunidade de produtores agrícolas do Município de Peabirú e região.

Tratam-se de obras de importância, indispensáveis para a evasão da produção agrícola local, através da qual a comunidade produtora da região contribui para o desenvolvimento regional e do Estado.

REQUERIMENTO N° 2712

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior, Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a liberação e destinação de material para prática de educação física e desportos para o Município de Peabirú.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Peabirú, como a grande maioria dos municípios de pequeno e médio porte, canaliza os recursos de seu orçamento para as obras consideradas prioritárias.

Considerando a existência no âmbito do Poder Executivo de Secretaria especializada no assunto, para onde são destinadas verbas do orçamento geral do Estado, destinadas justamente ao atendimento de políticas do setor, a juventude do Município de Peabirú espera ver atendidas suas justas pretensões, ou seja, a destinação do material requerido, que possibilitará aos mesmos a práticas de ações de desporto e da educação física.

REQUERIMENTO N° 2713

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Delegado José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando seja determinada a construção e instalação de um módulo policial militar, no Conjunto Residencial doutor Milton Luiz Pereira, na Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A polícia de segurança estabelecida através da construção de módulos policiais militares, iniciada em Curitiba e estendida a outras cidades do Estado, trouxeram efetivo resultado, com a flagrante dimi-

nuição e quase extinção dos níveis de criminalidade.

O Conjunto Habitacional Dr. Milton Luiz Pereira, da cidade de Campo Mourão, vem apresentando índices de criminalidade que avultam dia-a-dia. A prática de assaltos, furtos e outras modalidades de contravenções, ocorrem à luz do dia.

Contando com uma população próxima de seis mil habitantes, possui infra-estrutura básica indispensável à população tais como: posto de saúde, posto telefônico, super mercado, igrejas, etc.. Vizinho do parque industrial que conta com aproximadamente 45 indústrias instaladas, constitui portanto, núcleo habitacional de pessoas trabalhadoras e honestas, que não podem ficar à mercê da criminalidade.

REQUERIMENTO N° 2716

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua 16, localizada no Jardim Ipê, no Município de São José dos Pinhais, os quais solicitam um melhor atendimento no Posto de Saúde. Afirmam que não há médicos pediatras e ginecologistas, os quais são de suma importância para toda a população.

Pedem ainda, que sejam executados melhoramentos nas ruas daquele Município, devido ao mau estado em que se encontram.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2718

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido executar manilhamento em frente ao n° 862 da Rua Cascavel, localizada no Jardim Guaraituba, no Município de Colombo - Pr..

O pedido foi feito por moradora do referido endereço, a qual afirma que o esgoto corre a céu aberto por uma valeta lá existente. Além do mau cheiro exalado, há ainda o perigo de transmissão de doenças a toda população.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2722

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Doutor

Eduardo Requião de Mello e Silva, Digníssimo Secretário de Meio Ambiente e Presidente do IAP, e ao Comandante da Força Verde, solicitando informações a respeito de ocorrências existentes na Barra do Arapira, Município de Guaraqueçaba, onde está existindo uma intimidação aos moradores para a compras das posses de terras.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Há centenas de anos, inúmeras famílias detêm a posse mansa e pacífica de várias áreas de terras na localidade de Barra do Arapira, Município de Guaraqueçaba. Ali existem moradores que adquiriram suas propriedades de heranças de seus pais e avós, e fazem da pesca o seu meio de vida, enquanto outros se utilizam das terras férteis e produtivas para complementarem suas alimentações, através de plantações com hortifrutigranjeiros.

Sempre foi assim, nunca foram importunados, e sempre tiveram participações ativas nas medidas governamentais, porém mais recentemente estão sofrendo intimidações, onde se vislumbra uma grilagem de terras, fato que vem causando medo e espanto àqueles pacatos moradores.

Nesse sentido, solicitamos que sejam endereçados expedientes ao Doutor Eduardo Requião de Mello e Silva, Digníssimo Secretário de Meio Ambiente e Presidente do IAP, expondo a situação e citando na correspondência que: "Preservar a Natureza também é preservar seus habitantes", e que outra correspondência seja endereçada ao Comandante da Força Verde, salientando a frase acima citada e ainda acrescentando que: "A Fiscalização deve ser feita em duas vias", já que os moradores da Barra do Arapira, em Guaraqueçaba, detêm a centenas de anos as posses e nunca prejudicaram ninguém não merecendo o fato que estão sendo vítimas, numa grilagem das mais ousadas e que merece providências do Governo Estadual.

REQUERIMENTO N° 2725

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Prefeito Carlos Antonio Tortato, do Município de Paranaguá, no sentido de realizar com a maior brevidade possível a confecção de um Projeto de "Meio Ambiente", dentro dos critérios estabelecidos na Lei Complementar Estadual n° 59, de 01 de outubro de 1.991, mais especialmente em seu artigo 6°.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Paranaguá, em sua extensão territorial tem várias unidades de conservação ambiental, bem como os itens contidos na Lei Complementar Estadual n° 59, de 01 de outubro de 1.991, porém o Governo Estadual tem competência legal de reduzir os valores recebidos imbutidos no ICMS de ano para ano se a Prefeitura Municipal beneficiada não apresentar um Projeto de Meio Ambiente, e isso está configurado no artigo 6° do citado Diploma Legal.

É público e notório as dificuldades que o Prefeito Carlos Antonio Tortato, está encontrando para ampliar a receita tributária do município de Paranaguá, e seria deveras lamentável perder esse sistema financeiro, valores correspondentes aos royalties.

REQUERIMENTO N° 2726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Senhores Excelentíssimo Governador Roberto Requião de Mello Silva, e ao Excelentíssimo Doutor Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Estado de Saúde, solicitando a Liberação de Recursos Financeiros a Implantação da UTI - Unidade de Terapia Intensiva - na Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A vida humana, em toda a sua plenitude deve ser preservada, e para tanto, os segmentos jurídicos aperfeiçoam essa metodologia através dos sistemas de saúde.

Por outro lado, os preceitos Constitucionais, determinam como Dever do Estado, dar atendimento a esse setor de vida. A Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, é um hospital de caridade, sem fins lucrativos que há mais de 100 anos vem atendendo a região do Litoral Paranaense, e lutando com as maiores dificuldades, mantendo ainda um Pronto Socorro.

Os últimos acidentes de trânsito, ocorrido na BR-277, entre Curitiba-Paranaguá, na estrada Alexandra-Matinhos, e ainda na estrada Paranaguá-Pontal do Sul (02 rodovias), mostram perfeitamente que a Santa Casa de Misericórdia para salvar vidas humanas, necessita ter uma Unidade de Terapia Intensiva - UTI, já que a medicina moderna exige esse aperfeiçoamento técnico. Diante dos fatos incontestáveis, solicitamos que sejam endereçados expedientes ao Senhor Governador Roberto Requião, com a maior brevidade possível - e ao Exmo-Doutor Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Saúde, solicitando a Liberação de Recursos Financeiros, para que a Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá,

possa realizar no menor tempo possível a implantação da U.T.I. (Unidade de Terapia Intensiva).

REQUERIMENTO N° 2729

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Centro Paranaguense de Curitiba, cumprimentando a Diretoria pelo sucesso da promoção "Bagrinho de Ouro" realizada no último dia 31 de julho, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A imensidão espiritual, aliada ao cultivo pelas tradições históricas dos que nasceram em Paranaguá, ou dos filhos adotivos daquela terra, foram transferidos em todas as plenitudes sociais para o Centro Paranaguense de Curitiba, entidade de personalidade jurídica instalada à Rua Nilo Peçanha, 521 - nesta Capital.

Em 1.991, esse colegiado instituiu a honraria "Bagrinho de Ouro", com a finalidade de destacar os efetivos colaboradores de Centro, nas categorias de Sócios Beneméritos e Honorários, ou seja, aqueles que realmente auxiliaram na continuidade e engrandecimento do entrelaçamento do puro parnanguarismo.

No último dia 31 de julho, nas dependências do Restaurante Santa Felicidade, o CPC, esteve reunido, para em noite festiva realizar as comemorações dos 345 anos de Paranaguá.

Foi um acontecimento marcante em todos os aspectos, e nessa oportunidade foram agraciados com o Título de Bagrinho de Ouro, as figuras: Hugo Pereira Corrêa, Iseu Afonso da Costa, Renato Accioly Veiga, João Hélio Alves, e Mário Mickuz, cada um numa diferente categoria de atividade.

Um ambiente repleto de saudosismo puro, pelas magnitudes que continuam a representar a nossa Paranaguá, e que servirá de exemplo dignificante para os jovens de hoje, cheios de saber.

Foram momentos inesquecíveis, uma confraternização integrada, entre o passado, o presente e o futuro, onde somente a habilidade, e o desempenho somado ao companheirismo existente entre os associados e Diretores do Centro Paranaguense de Curitiba refletem nitidamente a organização que existiu de flagrante realismo.

REQUERIMENTO N° 2730.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Dr. Nizan Pe-

reira Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a doação de uma ambulância à Prefeitura Municipal de Paranaguá, para atendimento permanente entre os balneários de Monções até Pontal do Sul, no município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O crescimento demográfico dos Balneários do Município de Paranaguá é constante, e a cada dia que passa, novas famílias se estabelecem, e entre os inúmeros problemas que vão surgindo está a saúde pública, na atualidade afeta à responsabilidade da Prefeitura Municipal de Paranaguá, que dentro do seu padrão financeiro busca dar atendimento aos moradores, porém conta com a dificuldade maior que é o transporte de doentes, principalmente nos casos de emergências.

Durante as temporadas de verão, nota-se que, o Governo Estadual mantém uma assistência temporária aos que procuram aqueles locais para seu lazer, porém a população fixa anota com tristeza, pelo tratamento desigualitário que tem.

Com o passar dos anos, várias mortes tem ocorrido entre Monções e Pontal do Sul, pela falta de remoção de doentes em casos de emergência, fato que o modernismo das iniciativas contesta em todas as suas plenitudes, principalmente pelo que representa em termos gerais as praias.

Nesse sentido, solicitamos que seja endereçado um expediente do Dr. Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde Pública, solicitando a doação de uma (01) ambulância à Prefeitura Municipal de Paranaguá, para que em caráter permanente possa realizar os serviços de remoções entre os Balneários de Monções e Pontal do Sul, no município de Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 2731

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor Presidente do Banestado S/A. Ilustríssimo Dr. Heitor Wallace de Mello e Silva, solicitando a ampliação do número de funcionários para a Agência do Banestado em Paranaguá.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Paranaguá, tem na atualidade mais de 130 mil habitantes, com um processo de desenvolvimento econômico gradativo, mas dividido em diferentes atividades, entre as quais se destaca as ligadas à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, cuja amplitude positiva se

amplia a cada dia, em função da movimentação do próprio Terminal, aliado ao sistema da chamada retaguarda portuária, cujo envolvimento bancário é dos mais intensos e dinâmicos.

O Banco do Estado do Paraná S/A, está localizado com sua agência central, em ponto estratégico da cidade de Paranaguá, numa construção moderna, porém necessita para dar atendimentos melhores e mais eficientes de aumentar o número de funcionários, pois na atualidade o chamado "rush" deixou de ser somente nos finais de meses para ser uma constante naquela agência, que funciona somente pela abnegação de seus funcionários, que, com a experiência que tem da vida bancária, buscam diariamente fazer o melhor possível, dando um pouco de suas vidas, numa ação de melhor atender os clientes que aumentam dia a dia as atividades daquele estabelecimento bancário.

Nesse sentido solicitamos que seja realizado um expediente ao Ilustríssimo Doutor Heitor Wallace de Mello e Silva, Diretor Presidente do Banestado S/A., solicitando a designação de novos funcionários para a Agência desse estabelecimento bancário em Paranaguá, e com isso visando atender com melhores condições ao público.

REQUERIMENTO N° 2732

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Dr. Celso Fernandes Ribeiro, Chefe do 9° DRF/DNER, nessa Capital, solicitando melhoramentos na BR-277, trecho Curitiba-Paranaguá.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Estamos em pleno escoamento da safra agrícola do ano em curso, através do Porto de Paranaguá, e a movimentação na BR-277, trecho entre Curitiba e Paranaguá é dos mais intensos durante os dias normais, aumentando seu volume de tráfego nos finais de semana, com os veículos que demandam às praias e demais cidades da região do nosso Litoral.

Nota-se perfeitamente, que a estrada apresenta uma série de deficiências que vão desde de buracos no asfalto, até a falta de uma sinalização adequada, especialmente no trecho da Serra do Mar, e nas duas pistas.

Com isso, constantemente estão ocorrendo acidentes. Estamos em agosto, e a partir de novembro, a movimentação será mais intensa, quando o verão iniciar, pois as pessoas vão descer às praias e outras cidades do Litoral, para prepararem suas

residências à temporada.

Por essa razão solicitamos que seja endereçado um expediente ao Engenheiro Celso Fernandes Ribeiro, Chefe do 9° Distrito Rodoviário Federal do DNER, nesta Capital, solicitando que, antes da temporada de verão, seja realizado melhoramentos na BR-277, trecho Curitiba-Paranaguá, nas duas pistas desde sinalização até recapeamento asfáltico com isso evitando-se novos acidentes naquele trecho.

REQUERIMENTO N° 2733

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes dirigidos aos Exmos. Srs. Itamar Franco, Presidente da República, José Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda e José Eduardo de Andrade Vieira, Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, solicitando a adoção de medidas drásticas e urgentes na defesa dos agricultores associados e depositantes de sua produção agrícola, junto à Cooperativa Agrícola de Cotia.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(aa) RENATO ADUR
OSWALDO TREVISAN
ALCEU SWAROWSKI
EURIDES MOURA
SEVERINO FÉLIX

JUSTIFICATIVA:

Medidas urgentes precisam ser adotadas pelas autoridades responsáveis do País, objetivando colocar um fim definitivo aos desmandos que aqui ocorrem, com prejuízos inestimáveis à classe produtora do Brasil.

O recente episódio da Cooperativa Agrícola de Cotia, descumprindo seus compromissos com seus filiados é preocupante. Mais preocupante ainda, é constatar-se que os grandes grupos, exemplo Sadia, Perdigão e outros, conseguiram sair do problema sem prejuízos, e mais, que os grandes conglomerados financeiros negociam seus créditos resguardando-se das eventuais perdas. Lastimavelmente, os pequenos agricultores que constituem a verdadeira razão da existência daquela cooperativa, não encontraram até o presente momento, a mínima possibilidade de negociação dos seus lícitos direitos e preocupados e totalmente desprotegidos e amordaçados vivem a contingência de arcarem com todos os prejuízos.

Tal circunstância não pode nem deve perdurar, necessária portanto, se faz a atuação das autoridades constituídas deste País, com o objetivo de resguardar e proteger os interesses e direitos dos que, à custa do suor do seu trabalho, contribuem efetivamente para o desenvolvimento desta nação.

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, para que determine ao Secretário de Estado da Fazenda para prestar esclarecimentos ao seguinte Pedido de Informações:

1. É verdade que o setor de fiscalização daquela Secretaria está promovendo "arrastão fiscal" nas cidades do interior, principalmente nas pequenas e micro empresas?
2. Neste arrastão fiscal é fixada uma quota monetária a ser obtida pela equipe?
3. Quais as cidades em que já foi feito este arrastão fiscal? Quais os valores arrecadados?
4. Houve treinamento antecipado da equipe empregada neste tipo de esforço fiscalizador?

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Tem sido freqüentes as queixas de lideranças empresariais sobre ações verdadeiramente terroristas de fiscais do Estado, que fazem atos de pressão sobre pequenos e micro empresários, chegando a abusos como fixar valores de pró-labore para alguns.

Noutros casos avisam que terão de obter um "x" de arrecadação, razão que os leva a praticar atos lesivos ao interesse de toda a comunidade.

Isto nos leva a solicitar estes esclarecimentos, que podem e devem por fim a dúvidas suscitadas a respeito!

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 362/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de Reserva do Iguaçu, com território fixado através do desmembramento do Distrito de Reserva e parte do Distrito de Pedro Lustosa, do Município de Pinhã, tendo como polígono definidor de suas divisas e confrontações, a seguinte descrição:

"(Limitando-se com Município de Guaraçuva). Começa no Rio Iguaçu, na foz do Rio Jordão, seguindo por este até a foz do Rio Capão Grande - (Limitando-se com o Município de Pinhã) - Começa no Rio Jordão, na foz do Rio Capão Grande, subindo por este até a foz do Rio Pontão e por este acima até sua nascente, deste ponto em linha seca e reta no sentido geral leste, até alcançar a nascente do Rio São Pedro, descendo pelo Rio São Pedro até sua foz no

Rio Iguaçu - (Limitando-se com o Município de Palmas) - Começa na foz do Rio São Pedro na confluência com o Rio Iguaçu, descendo por este até a foz do Rio Butiá, divisa entre os municípios de Palmas e Manguueirinha - (Limitando-se com o Município de Manguueirinha) - Começa no ponto acima, na foz do Rio Butiá, no Rio Iguaçu, seguindo pelo Rio Iguaçu, até a foz do Rio Jordão, Ponto de Partida.

Art. 2° - Fica determinado como zona cívico-administrativa sede do Município de Reserva do Iguaçu, o perímetro urbano da localidade de Rondinha, abaixo descrito:

"Partindo de uma estação "pp=0", cravado na divisa com terras do Senhor Pedro Ferreira de Siqueira; Desta estação segue com rumo de 33°30'SO, mediu-se 86,0 metros, confrontando com o terreno do Senhor Pedro Ferreira de Siqueira, até a estação n° 1; Desta estação segue com rumo de 51°0'SE, mediu-se 114,0 metros, sempre com a mesma confrontação, até a estação n° 2; Desta estação segue com rumo de 36°45'NE, mediu-se 93,0 metros, confrontando com terras dos Senhores Peter Wolbert e Johann Wolbert, até a estação de n° 3; Desta estação segue com rumo de 51°30'SE, mediu-se 63,0 metros, sempre com a mesma confrontação, até a estação de n° 4; Desta estação segue com rumo de 34°0'NE, mediu-se 168,0 metros, sempre com a mesma confrontação até a estação de n° 8; Desta estação segue com rumo de 65°5'NE, mediu-se 45,0 metros, sempre com a mesma confrontação, até a estação de n° 9; desta estação segue com rumo de 19°30'NE, mediu-se 101,0 metros, sempre com a mesma confrontação, até a estação n° 10; Desta estação cravada junto ao barranco do Arroio do Monjolo, segue pelo referido arroio no sentido ascendente, a uma distância de 276,0 metros, sempre com a mesma confrontação, até a estação n° 16; Desta estação segue com rumo de 79°30'SE, mediu-se 38,0 metros, sempre com a mesma confrontação, até a estação de n° 18; Desta estação segue com o rumo de 86°30'NE, mediu-se 20,0 metros, sempre com a mesma confrontação, até a estação de n° 19; Desta estação segue com rumo de 20°33'NO, mediu-se 318,0 metros, confrontando com terras da Companhia Fiat Lux, até a estação de n°24; Desta estação segue com rumo de 39°0'NE, mediu-se 457,0 metros sempre com a mesma confrontação, até a estação de n° 28; Desta estação segue com rumo de 30°30'NE, mediu-se 196,0 metros, sempre com a mesma confrontação, até a estação de n° 29; cravado junto a barranco de uma estrada; Desta estação, de n° 29, segue com rumo de 73°30'NO, mediu-se 278,0 metros, confrontando com terras do Senhor Lúcio Afonso Shons, até a estação de n° 32; Desta estação segue com rumo de 19°0'SO, mediu-se 198,0 metros, sempre com a mesma

confrontação, até a estação de nº 34; Desta estação segue com rumo de 70°0'SO, mediu-se 145,0 metros, confrontando com terras do Senhor João Maria Ferreira de Siqueira, até a estação nº 35; Desta estação segue com rumo de 60°45'SO, mediu-se 89,0 metros, sempre com a mesma confrontação, até a estação de nº 36; Desta estação segue com rumo de 60°15'SO, mediu-se 233,0 metros, sempre com a mesma confrontação, até a estação de nº 38; Desta estação segue com rumo de 61°0'SO, mediu-se 179,0 metros, sempre com a mesma confrontação, até a estação de nº 39; Desta estação segue com rumo de 63°45'SO, mediu-se 94,0 metros, sempre com a mesma confrontação, até a estação de nº 40; Desta estação segue com o rumo 48°30'SO, mediu-se 206,0 metros, sempre com a mesma confrontação, até a estação de nº 41; Desta estação com rumo de 44°0'SO, mediu-se 81,0 metros, sempre com a mesma confrontação, até a estação de nº 42, cravada junto ao barranco do já referido Arroio do Monjolo; Desta estação segue por este arroio no sentido ascendente a uma distância de 228,0 metros, confrontando com terras do Senhor Pedro Ferreira de Siqueira, até a estação de nº 47; Desta estação segue com rumo de 9°05'SE, mediu-se 250,0 metros, sempre com a mesma confrontação, até a estação de nº 48; Desta estação segue com rumo de 5°0'SE, mediu-se 27,0 metros, sempre com a mesma confrontação, até a estação de nº 49; Desta estação segue com o rumo de 52°15'SE, mediu-se 56,0 metros, sempre com a mesma confrontação, até a estação "pp=0" estação esta onde começou e encerrou esta demarcação".

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Reserva do Iguaçu.

A presente proposição legislativa, de criação do Município de Reserva e parte do Distrito de Pedro Lustosa, do Município de Pinhão, vem revestida de toda a constitucionalidade, pois cumpre com todos os requisitos necessários para a validade e eficácia de sua existência.

A iniciativa, manifestada através de representação subscrita por 341 eleitores residentes e domiciliados na área diretamente afetada pela criação (Art. 19, Parágrafo 2º, Constituição Estadual), apesar da existência de 3.580 eleitores na área (Art. 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 56, de 10 de fevereiro de 1991 - D.O. 20.02.91), e população em muito superior a 5.000 habitantes, demonstra o traçado do polígono definidor de suas divisas, limites e confrontações, de forma

clara, precisa e continua (Art. 19, § 3º - C.E.), acompanhando documentos probatórios apensos ao processado, que certificam a existência de 168 imóveis somente no perímetro urbano da zona cívico-administrativa apontada, também, de forma clara, precisa e contínua, tudo com a devida representação cartográfica e memorial descritivo, para facilitação a qualquer consultante analítico.

Atendidos todos os pressupostos legais, em especial aos mandamentos da Lei Complementar nº 56, que determina regras para a criação de um município, faz-se mister salientar que a presente proposta incorpora também o interesse público, pois Reserva do Iguaçu será um município promissor, pois possui condições de auto-suficiência econômico-financeira, no que tange a receita tributária própria para o seu desenvolvimento próspero e sadio.

Por ser medida justa e meritória, solicitamos aos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, o devido apoio ao Pleno de Lei que ora apresentamos, pois o povo da região de Reserva, saberá, com honra e bravura, reconhecer o ato de criação do novo Município de Reserva do Iguaçu.

PROJETO DE LEI Nº 363/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA FUNDAÇÃO SOCIAL DO PARANÁ - ATFASP", com sede e foro nesta capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, político-partidário e religiosos, a Associação de Trabalhadores da Fundação de Ação Social do Paraná - ATFASP, é voltada exclusivamente para defender seus associados bem como proporcionar-lhes momentos de lazer.

A organização e funcionamento da referida entidade, estão disciplinados em Estatuto próprio registrado sob o número 2589 no livro "A" número 02 do Cartório Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos, desta cidade de Curitiba.

Dentre as diversas atividades da entidade, é importante salientar o interesse em defender os associados em seus direitos e representá-los administrativa e juridicamente, contra quaisquer atos lesivos aos seus direitos.

A entidade não remunera sob qualquer forma os membros da Diretoria Geral ou Regional e do Conselho Fiscal, conforme preceitua o artigo 57º do Estatuto Social.

Como poderá ser verificado pelos documentos apensos, a Associação dos Trabalhadores da Fundação de Ação Social do Paraná, atende plenamente aos requisitos legais para declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI N° 364/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "CRECHE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO", com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A CRECHE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, sociedade civil de direito privado, fundada em outubro de 1983, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu-Pr.

A organização e funcionamento da referida entidade estão disciplinadas em estatuto próprio registrado sob n° 04 à folha 197v do Cartório de registro civil de pessoas jurídicas de Foz do Iguaçu-Pr.

Conforme o que preceitua no capítulo VII, artigo 27 das disposições gerais e transitórias, do estatuto social da entidade, a mesma não tem fins lucrativos e não remunerará por qualquer forma os cargos de Diretoria, do Conselho Fiscal ou membros da Assembléia Geral e nem distribuirá lucros, bonificações ou vantagens sob qualquer título a benfeitores, mantenedores ou membros.

Durante a sua existência a entidade tem desenvolvido trabalho sério em atendimento à comunidade.

Como poderá ser verificado pelos documentos apensos, a entidade atende completamente aos requisitos legais para declaração de Utilidade Pública. Vale ainda destacar o mérito da entidade para a conquista deste reconhecimento.

PROJETO DE LEI N° 365/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública estadual a Creche Pequeno Príncipe, com sede e foro na cidade de Moreira Sales, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Creche Pequeno Príncipe, entidade civil, sem fins lucrativos, da cidade de Moreira Sales no Estado do Paraná, foi criada com a finalidade de dar atendimento a menores carentes da faixa etária de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade.

Suas finalidades e atribuições encontram-se claramente definidas no seu estatuto e, enquadradas nos dispositivos exigidos pela lei para sua decretação como de utilidade pública estadual.

Como todas as demais entidades similares, não dispõe de recursos suficientes à sua manutenção e consecução de sua finalidade, sendo dependente da destinação de recursos que possibilitem realização de sua destinação e o cumprimento dos fins para que foi idealizada, razão pela qual esperamos a aprovação do presente projeto, o que contribuirá efetivamente para o desenvolvimento de suas reais aspirações e finalidades.

PROJETO DE LEI N° 366/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Instituto Ecoplan", com sede no Município de General Carneiro e foro no Município de União da Vitória, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Ecoplan, com entidade civil sem fins lucrativos, desde sua fundação tem prestado relevantes serviços na área social como aqueles voltados para a educação ambiental e, realizado importantes projetos técnico-científicos no que se refere a pesquisa ambiental.

Destacam-se as pesquisas em forma de convênio com outros órgãos como o firmado com a F.A.O. (Food and Agricultural Organization), para o levantamento de aves ameaçadas de extinção, o qual constatou a presença da espécie Gavião-Pombo (Leucopternis polinota), ave incluída nesta categoria.

O Instituto Ecoplan tem ainda concentrado seus objetivos na pesquisa da biodiversidade e conservação de ecossistemas, gerando condições de desenvolvimento sustentável para regiões com remanescentes nativos importantes como é a região sul do Estado do Paraná, com a espécie florestal Pinheiro do Paraná (Araucária angustifolia).

Entre as atividades de educação am-

biental destacam-se o apoio em projetos para orientação de veranistas no litoral do Paraná quanto à conservação do ambiente "praia" que estes freqüentam e, também nos parques de Curitiba com o mesmo objetivo.

O Instituto Ecoplan apoia diversos eventos ou atividades que possam colaborar com a divulgação de técnicas de conservação e preservação do meio ambiente em consonância com a evolução da qualidade de vida do próprio homem.

PROJETO DE LEI N° 367/97
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de cidadão honorário do Paraná ao pastor Ivo Luiz de Souza.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Com sessenta e três anos de idade, o pastor Ivo Luiz de Souza, é hoje um verdadeiro patrimônio da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, e por que não dizer, do Evangelismo brasileiro, pois sua vida esta mesclada com a história das Igrejas Evangélicas.

Batizado em 1946, foi consagrado diácono, prebitero e a pastor, em 1960.

No Curriculum vitae, que apresenta, prova sua dedicação e capacidade durante os trinta e três anos como pastor que desenvolveu e continua desenvolvendo inúmeras atividades junto à Igreja Evangélica Assembléia de Deus, que hoje é presidente, na cidade de Foz do Iguaçu, PR.

Dentre muitas atividades citamos o desempenho de vinte e sete cargos e funções, os mais diversos, nesta causa. Prova sua capacidade administrativa, pois sob sua orientação, construiu trinta e dois templos e treze casas pastorais, fundou duas entidades de desenvolvimento social, participou na criação de outras duas e estruturou outra, em seu campo de ação, elaborou e publicou dez apostilas, sobre assuntos diversos, participou de viagens ao exterior, por duas vezes, tudo a serviço da Igreja, além de inúmeras atividades desenvolvidas em outras áreas da Igreja.

Com isto posto, cremos ser o Pastor Ivo Luiz de Souza, merecedor do título que propomos, com este projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 368/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominado "Colégio Estadual de Paranavaí - Professor Benjamin

Antonio Johann, o Colégio Estadual do Município de Paranavaí.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Com a presente lei procura-se homenagear o Professor Benjamin Antonio Johann. Tudo o que se disser, de bom, a respeito deste professor, "Professor Benjamin" carinhosamente chamado, será pouco para escrever sua vida no magistério do município de Paranavaí.

A grandeza de sua mensagem como professor e verdadeiro sacerdote do magistério não tem precedentes. Foi um amante do magistério, do bem e propagador do otimismo.

Fez de sua profissão sua vocação maior. Só engrandeceu a classe dos professores, pois dentre eles foi o expoente, impondo-se pela franqueza, serenidade coerência e pela responsabilidade com que desempenhava sua sagrada missão de educar, ensinar e formar.

Por mais de três décadas lecionou em Paranavaí-Pr. Não há dentre os paranavaenses quem não foi seu aluno ou pelo menos não o conheceu. Por isso, também era considerado o professor dos paranavaenses.

A uma pessoa que desempenhou tão nobre tarefa, a de lecionar, e com êxito, pois exerceu esta função por muitos anos, sempre sendo respeitado e admirado por seus alunos, colegas de profissão e por todos, não mais justo que conceder, ao "Professor Benjamin", esta homenagem.

PROJETO DE LEI N° 369/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de cidadania benemerita do estado do Paraná, "post-mortem", ao advogado e ex-prefeito de Campo Mourão, senhor Horácio Amaral.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Nascido em 25 de junho do ano de 1927, na cidade de Marechal Mallet, neste Estado, Horácio Amaral era filho de Ângelo Juviliano Amaral e de Dona Ernestina Silva do Amaral. Casado com a senhora Déa Ribas Amaral, era pai de três filhos: Alba, Horácio Amaral Filho e Ângela.

Estudou nos colégios Dario Veloso da cidade onde nasceu, fez o secundário no Colégio Regente Feijó de Ponta Grossa.

Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, no ano de 1954. Estudioso, amante da literatura e da boa leitura em geral, era também, poeta nas horas vagas.

Antes de graduar-se em direito, foi professor no Colégio Estadual de Assaí, onde ensinava Latim e Geografia.

Em Assaí já militante na política, elegeu-se vereador e presidente da Câmara de Vereadores, sendo ainda, prefeito municipal interino daquele município.

Em 1960 transferiu-se para a cidade de Campo Mourão onde advogou, vindo a ser eleito prefeito daquele município em 1968.

Foi pelo trabalho desenvolvido no campo educacional, denominado Prefeito-Escola. Dentre suas principais obras administrativas destacam-se: na área da comunidade, a instalação da agência de correios e ainda, a implantação do sistema de telefonia DDD. Fundou a Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão/FECILCAM; construiu o mercado municipal, o horto florestal, o parque municipal, o colégio Dom Bosco e cerca de 131 salas de aula no âmbito do Município, além de outras importantes obras de pequeno e grande porte.

Toda sua brilhante administração pautada pelo critério de justiça, não possibilitou a existência de casos de favorecimento ou perseguições. Obviamente nem todos os problemas administrativos do município foram resolvidos, mas sua experiência administrativa foi considerada marcante e de franco desenvolvimento àquele município.

Sua história político-administrativa e profissional como advogado, falam mais alto que este simples relato justificativo.

Faleceu ainda jovem, em 07 de agosto de 1974, vítima de fatal acidente automobilístico, às vésperas de uma eleição considerada ganha, onde nesta Casa por certo, cumpriria brilhantemente mandato eletivo de deputado estadual.

PROJETO DE LEI N° 370/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário, que liga o Distrito de Boa Esperança ao Município de São Jorge do Patrocínio.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação dos trechos rodoviários em todo o Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos

para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma é que motivaram a apresentação do presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 371/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário, que liga o Município de Icaraíma ao Distrito de Porto Camargo.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Lastimável é o problema da conservação dos trechos rodoviários em todo o Estado do Paraná, dada a precariedade de recursos para sua conservação.

Os trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras devem ter sua conservação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma é que motivaram a apresentação do presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 372/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Pirai do Sul - Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pirai do Sul, situa-se no 2° Planalto Paranaense na região dos Campos Gerais - possui 1.437.370 Km² e foi criado pela Lei Provincial n° 631 de 05.03.81.

Com uma população crescente, o Município de Pirai do Sul - possui pelo censo de 1991 - 19.363, dos quais 9.771 são do sexo feminino e destes mais de 4.242 possui idade superior a 20 anos.

Por isso, a mulher piraiense constitui-se numa força essencial e coadjuvante,

indispensável ao homem e participa de todos os segmentos da vida comunitária, sendo uma das parcelas matriz do progresso municipal.

No entanto, ela ainda sofre toda sorte de humilhação e atos de violência, tanto física quanto psicológica ou moral provocada por preconceitos que renegam sua independência e sua participação igualitária à masculina na sociedade ativa.

Assim, mister é ampará-la com um órgão especial e indispensável como a Delegacia da Mulher, que, pelas suas funções institucionais previstas no art. 237 da Constituição Estadual, é especializada no trato de assuntos referentes à integridade física e moral da mulher, protegendo-a de qualquer tipo de agressão ou discriminação, em especial da masculina.

PROJETO DE LEI N° 373/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - É proibida no Estado do Paraná a venda de produtos que contenham solvente orgânico a menores de dezoito anos.

§ 1° - O estabelecimento infrator desta forma ficará sujeito às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil e penal e das definidas em normas específicas.

I - multa

II - apreensão do produto

III - interdição, total ou parcial, do estabelecimento ou de atividade.

IV - intervenção administrativa

§ 2° - As sanções previstas serão aplicadas pela autoridade administrativa, podendo ser aplicadas cumulativamente.

Art. 2° - O fabricante e o responsável pela introdução no mercado do produto que contenha solvente orgânico deverá depositar a sua formulação junto ao Centro de Vigilância Sanitária e ao PROCON (Proteção ao Consumidor).

Parágrafo Único - O produto somente poderá ser introduzido no mercado 60 (sessenta) dias após o depósito de sua formulação junto aos órgãos competentes, sob pena de apreensão.

Art. 3° - O fabricante deverá, à sua expensa, realizar teste da toxicidade do produto que contiver solvente orgânico em sua formulação e indicar no corpo da embalagem os efeitos colaterais observados a que estarão sujeitos os consumidores e trabalhadores em indústrias químicas.

Art. 4° - As embalagens de produtos que contenham solvente orgânico deverão portar uma indicação de perigo, dectável

inclusive ao toque, e estar dotados de sistema fechadura que as tornem inacessíveis às crianças.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

Menores de idade sem proteção e sem perspectiva buscam na cola, momentos de fuga ou diversão. Os trabalhadores são vítimas do ambiente de trabalho insalubres e perigosos.

Todos os produtos que possuem em sua composição qualquer espécie de solvente orgânico, causam euforia, excitação, tontura e outros efeitos que são procurados pelos denominados cheiradores.

Todos esses produtos, quando em altas doses, podem causar alucinações visuais e auditivas, além da morte.

O projeto é consequência de importantes estudos já realizados.

PROJETO DE LEI N° 274/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Pinhão - Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pinhão, situa-se no 3° Planalto Paranaense - na região de Guaraçuava - possui 2.790.835 Km² e foi criado pela Lei n° 4.823 de 18.02.64.

Com uma população crescente, o Município de Pinhão - possui pelo censo de 1991 - 34.142 habitantes dos quais 16.761 são do sexo feminino e destes mais de 7.658 possui idade superior a 20 anos.

Por isso, a mulher pinhalense constituiu-se numa força essencial e coadjuvante, indispensável ao homem e participa de todos os segmentos da vida comunitária, sendo uma das parcelas matriz do progresso municipal.

No entanto, ela ainda sofre toda sorte de humilhação e atos de violência, tanto física quanto psicológica ou moral provocada por preconceitos que renegam sua independência e sua participação igualitária à masculina na sociedade ativa.

Assim, mister é ampará-la com um órgão especial e indispensável como a Delegacia da Mulher, que, pelas suas funções institucionais previstas no art. 237 da Constituição Estadual, é especializada no trato de assuntos referentes à integridade física

ca e moral da mulher, protegendo-a de qualquer tipo de agressão ou discriminação, em especial da masculina.

PROJETO DE LEI N° 375/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Ortigueira - Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ortigueira, situa-se no 2° Planalto Paranaense - na região dos Campos Gerais - possui 2.394.844 Km² e foi criado pela Lei n° 790 de 14.11.51.

Com uma população crescente, o Município de Ortigueira possui - pelo censo de 1991 - 27.493 habitantes, dos quais 13.286 são do sexo feminino e destes mais de 9.679 possui idade superior a 20 anos.

Por isso, a mulher ortigueirense constitui-se numa força essencial e coadjuvante, indispensável ao homem e participa de todos os segmentos da vida comunitária, sendo uma das parcelas matriz do progresso municipal.

No entanto, ela ainda sofre toda sorte de humilhação e atos de violência, tanto física quanto psicológica ou moral provocada por preconceitos que renegam sua independência e sua participação igualitária à masculina na sociedade ativa.

Assim, mister é ampará-la com um órgão especial e indispensável como a Delegacia da Mulher, que, pelas suas funções institucionais previstas no art. 237 da Constituição Estadual, é especializada no trato de assuntos referentes à integridade física e moral da mulher, protegendo-a de qualquer tipo de agressão ou discriminação, em especial da masculina.

PROJETO DE LEI N° 376/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - As empresas estabelecidas no Estado do Paraná que disponham de mais de 150 (cento e cinquenta) servidores em seus quadros ficam obrigadas a manter um professor destinado a alfabetizar os que comprovadamente não souberem ler e escrever.

Art. 2° - As despesas decorrentes da contratação dos mencionados profissionais de ensino serão abatidas do crédito presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, obedecendo ao disposto nesta lei.

Art. 3° - O pedido de crédito presuni-

do deve ser apresentado pelas empresas à Secretaria de Estado da Fazenda.

Parágrafo Único - O pedido deve conter:

- I - identificação do contribuinte;
- II - estimativa do crédito presumido;
- III - Declaração firmada pela própria empresa de que se encontra em dia com as suas obrigações tributárias municipal, estadual e federal;
- IV - declaração do órgão fiscalizador das atividades trabalhistas de que possui mais de 150 (cento e cinquenta) servidores, explicitando o total dos mesmos.

Art. 4° - Os pedidos de crédito presumido serão encaminhados pela Secretaria de Estado da Fazenda à Secretaria de Estado da Educação, que se incumbirá da fiscalização e cumprimento da presente lei.

Parágrafo Único - Deferido o benefício, o contribuinte será prontamente cientificado pela repartição fazendária para adoção das providências necessárias a sua entrada em funcionamento.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Representa a presente proposta uma nova alternativa para unir o contribuinte e o Estado na resolução de um velho e angustiante drama da educação. Alfabetizar o povo, em todas as suas faixas etárias, deve ser uma preocupação permanente e prioritária do Legislativo e do Administrador, de uma maneira ampla geral. Por intermédio dela, desejamos colaborar para que o analfabetismo venha a ser banido das fronteiras estaduais em pouco tempo.

Nada mais prejudicial ao cidadão do que não saber ler e escrever. Isso sabidamente o impede de vôos e conquistas profissionais, obstaculando-o no acesso e posições melhores nas atividades do dia-a-dia. Obrigar e, ao mesmo tempo, estimular financeiramente, comércio e indústria a organizarem-se para atender ao projeto que ora trazemos à consideração desta Casa, constitui em nosso entendimento, uma valiosa ajuda de todos os Deputados para minorar a atual situação do analfabetismo no Estado, razão que nos leva a esperar por sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 377/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições decretar:

Art. 1° - Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o Dia Estadual do

Doador de Sangue, a ser comemorado anualmente, no dia 25 de novembro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

Sendo um ato voluntário, é necessário que seja estimulado de forma a que hospitais e bancos de sangue possam diminuir ou mesmo anular a escassez que hoje se verifica e que, não poucas vezes, dificulta a realização de cirurgias vitais. A instituição do Dia Estadual do Doador de Sangue visa a lembrar-nos da importância desse ato de solidariedade, ao mesmo tempo, homenagear todos que sempre estão prontos a doar seu próprio sangue para garantir a sobrevivência de outros seres humanos.

PROJETO DE LEI Nº 378/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Ivaiporã - PR.

Ar. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.08.93

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ivaiporã, como quase todos os municípios do Paraná, apresenta alto índice de violência praticadas contra a mulher. Indispensável dizer que a mulher, no Brasil, sofre toda sorte de discriminação, até mesmo quanto ao acesso, ao tentar fazer valer seus direitos.

Eis a razão por que se torna necessária, urgente e indispensável a instalação de uma Delegacia da Mulher no pujante Município de Ivaiporã, para atender a todas as cidades circunvizinhas que integram o Vale do Ivaí.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Infelizmente Ponta Grossa uma vez mais é notícia nacional mas no sentido pelo qual a nossa cidade e a nossa comunidade nada tem a ver com aquilo que realmente lá aconteceu.

O Governo passado, tanto da República quanto do município constituiu um convênio com recursos do Ministério da Ação Social diversos núcleos habitacionais na Princesa dos Campos. Foram casas em parceria com a Caixa Econômica Federal com repasse feito

através daquele convênio estabelecido, casas de 24, 36 e 42m².

Pasme Senhor Presidente e Senhores Deputados, a campeã nacional de super faturamento das casas foi feita em Ponta Grossa, denúncias essas feitas pelo Secretário de Habitação deste Estado do Paraná Senhor Luiz Cláudio Romanelli que diz textualmente que o super faturamento das casas está espelhado nas prestações agora atribuídas no mês de agosto.

Vejam Senhores Deputados, hoje a prestação daqueles mutuários que se dizem habitantes de casas populares chegou o lançamento a CR\$ 5.045,00, reais, ou seja Cr\$ 5 milhões de cruzeiros do dinheiro antes do corte dos 3 zeros. Se o cidadão ganha CR\$ 5.400,00 como vai pagar CR\$ 5.045,00?

O que está existindo Senhor Presidente e Senhores Deputados é uma falta de responsabilidade. É alguém a esta Nação chamar a si aqueles que realmente auferiram lucro e roubaram o povo ponta-grossense, paranaense e brasileiro. Vemos aí o Itamar lidando com um fusquinha; vemos os ministros passeando de Jet Ski como faziam no passado. Vemos no Estado a Caixa Econômica não sendo responsabilizada porque tem a responsabilidade.

O que nos falta Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que os culpados sejam apontados.

Foi feito em Ponta Grossa uma Associação de Mutuários. Ninguém mais paga prestação alguma. Estão sendo depositadas as prestações em 20% do salário mínimo e nós estamos nos chamando àquela Associação para vergonha da nossa cidade, para o exemplo desse Paraná não pagar ladrão da Nação. Chega de roubo. Este Paraná deve ser o exemplo daquilo que realmente a administração passada deste Governo e a administração passada do município aponte os responsáveis, senão serão eles. E nós temos a certeza Senhor Presidente, Senhores Deputados, que aquelas famílias de trabalhadores não tem culpa nenhuma de acreditarem em que está instituído no Poder Público; não tem culpa alguma aqueles mutuários de acreditarem no Governo Federal, no Governo dos municípios e nos convênios estabelecidos, porque prefeito fui de Ponta Grossa e no meu tempo construí o Santa Paula I, o II, o III, o Santa Luzia, Santa Maria, Santa Terezinha, Dalcon, Rio Verde, quase 8 mil casas populares. A prestação no meu tempo de prefeito era 20% do salário mínimo e lá estão os núcleos, lá estão as famílias. E hoje para desgraça nossa e para vergonha da administração anterior a essa em Ponta Grossa, estão os Senhores mutuários sem saber o que fazer. A Caixa Econômica nada responde. A Prefeitura nada ampara, aonde que eles vão se socorrer? Eles nos procuraram, pediram a nós para levar

tar a voz através do comitê de imprensa, que os ladrões do Paraná, os ladrões de construção de casas populares, a Caixa Econômica Federal seja responsabilizada e os culpados punidos, porque essa impunidade, essa vergonha nacional não é dos políticos, são dos maus empresários, dos ladrões do dinheiro do povo que se acobertam jogando lama na classe política. A classe política não é responsável por isso que ocorre. O que está ocorrendo Senhor Presidente, e Senhores Deputados, é desviando a atenção para um caminho, enquanto a outra classe fatura esse superfaturamento para a desgraça da família de todos nós. Nós precisamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para a moralização de todos os empresários desta Nação, que aqueles maus empresários, aqueles ladrões do dinheiro do povo sejam colocados na cadeia e ressarçam aqueles mutuários, devolvam o dinheiro do superfaturamento, para que possamos devolver a tranquilidade àquelas milhares de casas que ali foram construídas e estão sendo ocupadas, principalmente no conjunto habitacional Pitangui, aonde, passem, Senhores Deputados, uma casa de 24m² paga três mil e seiscentos cruzeiros reais de prestação, ou, três milhões seiscentos e quarenta mil antes do corte do zero. Vinte e quatro metros quadrados, eu acredito que nem um apartamento de alto padrão, com um acabamento de mármore, com acabamento fino, com azulejo decorado, não chega nesse patamar de metro quadrado. Alguém roubou, e esses ladrões devem ser identificados para a saúde dos empresários do Paraná e do Brasil para que nós possamos realmente identificar aonde está a sujeira desta Nação, e onde se encontram os ladrões do dinheiro do povo.

Era isso Senhor Presidente!

Obrigado Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós assistimos recentemente um problema político que abalou o Estado do Paraná que foi a cassação pelo Tribunal Regional Eleitoral do mandato do Sr. Governador Roberto Requião. Longe, Sr. Presidente, de querer questionar a decisão do egrégio Tribunal Regional do Paraná. Eu venho aqui hoje, nessa Tribuna, para tecer comentários sobre a postura de um cidadão deste Estado que a partir desse episódio já possuía um elevado conceito público e social, e a partir desse episódio, Sr. Presidente, ganhou a simpatia do Paraná inteiro, pela sua honradez, pela sua dignidade, e por sua postura firme diante do Governo do Paraná neste lamentável episódio.

É lógico que me refiro ao nosso grande vice-Governador Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes. A ele coube a incumbência de nesse período de turbulência, Sr. Presidente, conduzir com firmeza os destinos do Paraná. Ao Vice-Governador Mário Pereira coube a responsabilidade de levar a bom termo o Estado do Paraná naquele momento mais difícil da nossa vida política; naquele momento de tristeza e amargura para nós, lá estava esse homem político, vindo da Cidade de Cascavel, com firmeza, com honradez, com postura que se exige dos grandes homens públicos; lá estava o nosso grande Vice-Governador Mário Pereira a dar a tranquilidade que o Paraná precisava, a dar a seriedade que todos nós políticos necessitávamos naquela hora de extrema perplexidade.

Eu não poderia, Senhor Presidente, deixar de registrar aqui, porque é nos Anais da história desse Estado é que precisa ficar gravada a passagem de pessoas e de homens públicos que mereçam o nosso respeito e a nossa admiração.

Há muitos anos conheço o político Mário Pereira, há muitos anos conheço o homem Mário Pereira e, durante toda a sua trajetória, aprendi a admirá-lo porque sempre foi um homem digno, e mostrou isso. Mostrou agora nesse episódio quando o Tribunal Regional Eleitoral, numa atitude questionada por muitos, cassou, temporariamente, o mandato do Governador Roberto Requião.

Lá no Palácio Iguazu, já instalado o vice-Governador, Mário Pereira trouxe ao Paraná inteiro, trouxe ao Oeste, ao Sudoeste do Paraná, às regiões primeiras que ergueram as suas vozes para defender a candidatura desse político de Cascavel ao cargo de candidato a Vice-Governador, trouxe a todos nós a tranquilidade que naquele momento de dificuldade nós esperávamos, trouxe com uma conduta digna dos grandes homens públicos. E isso, Senhor Presidente, eu faço questão de registrar aqui nesta Assembléia, que é o elogio, que é o grito, que é a voz de todos os políticos com os quais eu tenho relacionamento, que é o registro da mais firme postura de decência política da pessoa do nosso grande Vice-Governador que nesse período que estive à frente do Executivo Estadual não deixou margem de dúvidas quanto à sua posição política de lealdade ao Governador Roberto Requião, de lealdade ao Paraná e ao PMDB; não deixou dúvidas para todos nós que o admiramos, não só o PMDB como toda a classe política desse Estado. Por isso que eu o tenho como o meu líder político, como um exemplo a ser seguido de homem de bom caráter, de homem exemplar que faz as coisas com firmeza e com grandeza.

O SR. TOTI COLAÇO - Concede-me um aparte?

O SR. NEREU MOURA - Concedo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa ao orador que está na Tribuna que ele está falando no Pequeno Expediente, não cabendo, portanto apartes.

O SR. TOTI COLAÇO - Com todo respeito à Presidência, ele está falando no Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não foi solicitado nem autorizado pela Presidência.

O SR. NEREU MOURA - Eu estou usando o horário da Liderança do PFL, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A partir desse momento V.Exa. passa a falar no horário da Liderança do PFL devidamente autorizado.

O Sr. Toti Colaço - Obrigado pela deferência, Ilustre palestrista.

Eu queria cumprimentar V.Exa. pelo registro que faz nesta tarde na pessoa do nosso eminente Vice-Governador e Secretário dos Transportes, Mário Pereira, pela sua postura e pela forma com que conduziu o Governo do Estado do Paraná quando esteve à frente, interinamente, no episódio do afastamento do nosso Governador Roberto Requião.

Além de cumprimentá-lo, onde V.Exa. deixa registrado estes acontecimentos, eu também gostaria de enaltecer e dizer de que o nosso eminente Secretário, Mário Pereira, tem tido uma postura durante ao longo desses dois últimos anos, num tratamento todo especial a todos os Prefeitos do Estado do Paraná.

O Mário Pereira não tem se cansado de receber todos os Prefeitos, Vereadores, independente de sigla partidária, e tem dado através do seu trabalho, através de seus assessores, tem resolvido, melhor dizendo, problemas cruciais dos municípios paranaenses.

Eu quero também, neste instante, destacar, além da sua passagem interinamente como nosso Governador, mas também deixar registrado a sua postura como estadista, como Secretário dos Transportes, pelo excepcional trabalho que vem realizando à frente daquela pasta. Era isto, Sr. Deputado, muito obrigado pelo aparte.

O SR. NEREU MOURA - Eu agradeço o aparte, nobre Deputado Toti Colaço, e agradeço também ao Deputado Duílio Genari a oportunidade que deu para que nós pudéssemos

continuar aqui.

Aliás, eu quero registrar aqui, Deputado Duílio Genari, a V.Exa., que o seu conceito que já era elevado junto a este Parlamentar, neste episódio aumentou muito mais, porque demonstrou firmeza, coerência e lealdade num momento em que todos nós esperávamos de pessoas sérias como é V.Exa. as atitudes que V.Exa. tomou no período em que o Governador Roberto Requião esteve afastado do cargo de Governador do Estado.

Por isso, Sr. Presidente, para encerrar as minhas colocações aqui hoje eu falar das obras que o Vice-Governador Mário Pereira desenvolve frente a Secretaria dos Transportes é simplesmente falar a retórica porque todos os políticos, inclusive dos diversos Partidos, daqueles que não dão sustentação ao Governo aqui nesta Assembleia, conhecem muito bem o caráter, conhecem a eficiência e a competência do Secretário dos Transportes e do nosso vice-Governador. Mas o que mais marcou e o que mais deixou claro nesse episódio do afastamento do Governador Roberto Requião, temporário, graças a Deus, foi a tranquilidade e a serenidade, a firmeza, a lealdade e a honradez em que, com que o Vice-Governador demonstrou à frente do Executivo do Estado do Paraná. E quando o Paraná e os políticos ligados ao PMDB, ao PP e ao PFL, que dão sustentação política a este Governo, exigiram, precisavam de uma voz firme, de uma voz companheira e amiga, lá estava o nosso companheiro Mário Pereira a oferecer essa tranquilidade, a oferecer esse apoio indispensável para que todos nós pudéssemos lutar para que o mandato dado pelo povo do Paraná fosse respeitado.

E este registro, Sr. Presidente, tem que ser feito porque hoje quando a classe política deste País passa por sério abalo de descrença popular, quando a classe política deste País deixa de merecer os elogios, deixa de merecer o respeito popular pela ação, pelo comportamento de muitos homens públicos e muitos homens detentores de mandatos eletivos, é preciso enaltecer quando a gente tem o bom exemplo, quando nós percebemos o bom comportamento, quando nós constatamos a decência e a honradez, quando nós percebemos que o homem público leva a sério o mandato popular e as obrigações inerentes dele.

Eu, como conhecedor do nosso vice-Governador há grandes, há longos anos, não podia deixar, e como companheiro de região política e como militante junto que fomos quando o Vice-Governador mandato político não exercia, que já conhecia a firmeza, a fibra, o caráter deste homem, eu tenho que fazer este registro, para que fique registrado nos Anais desta Assembleia, pa-

ra que fique registrado na História do Paraná, o comportamento da decência, da honra e da retidão, claramente demonstrados pelo nosso companheiro Mário Pereira, Vice-Governador e Secretário dos Transportes.

Antes de encerrar quero registrar, aqui, Sr. Presidente, a presença do nosso Prefeito, de Salto do Lontra, Dalmo Querez (sic!), grande Líder do sudoeste do Paraná. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

COMO JULGAR. COMO ATENDER. COMO ACUSAR
Prof. Roberto Lyra

I

DEVERES E PODERES DO JUIZ

1. Juiz e sociedade. 2. Responsabilidade civil e penal do juiz. 3. Julgamento. 4. Jurisprudência. 5. Ética.

1. JUIZ E SOCIEDADE

Honremos os Juizes que, sem garantias reais, contrariam os interesses dos poderosos; que, com a pobreza em casa, contém os apetites dos opulentos; que, expondo a própria liberdade, defendem a liberdade alheia, e amam o povo, e não fazem da ordem pretexto para a injustiça. Seus nomes sobrevivem na tradição oral de comarcas distantes e obscuras, através das resistências ao arbítrio sem contraste, gloriosos de uma glória íntima, iluminados de uma luz sem recompensa, bravos de uma bravura sem ressonância.

Não só em Berlim há juizes para dar ao moleiro o que é seu. Não só em Sans Souci há o bom juiz sensível às provações de seus semelhantes.

O bom juiz traz o escudo na alma inatingível e não só à lapela niveladora e convencional.

Mas, em desagravo do bom juiz, não poupemos o mau, o que se desumaniza, o que se demite moralmente, o que se exonera civicamente.

É dever de todos indigitar o mau juiz que se desacata, traindo a vanguarda das forças cívicas morais da sociedade, o sacerdócio, a magistratura, o magistério. Eles são responsáveis pela ordem básica.

"Se não vence as paixões, se não renuncia aos interesses políticos, econômicos, mundanos, que não seja juiz. Há carreiras lucrativas à disposição dos comerciantes.

Não é juiz o que se familiariza com escritórios e gabinetes dadivosos, com salões e clubes propiciatórios.

Um juiz não pode contribuir para os desajustamentos que lhe cumpre resolver, identificando-se com o mal, atraíndo as trincheiras morais, invertendo a missão da autoridade pública.

O poder desarmado e desprovido só será poder com a riqueza da honra impoluta com a força do caráter.

A integração do juiz no seu verdadeiro papel não resulta somente do sistema de garantias, mas sobretudo da independência em relação a si mesmo. Como responsável pelo julgamento, precisa de segurança moral e não somente de irredutibilidade de vencimentos e de inamovibilidade.

Procuradores e desembargadores devem procurar e desembargar dores.

Em regra, os erros jurídicos não ressoam. Há os erros miúdos, erros ordinários, despercebidos ou tolerados.

Abuso ou desvio de poder é protelar despachos e sentenças, causando prejuízos e angústias a inocentes, depois absolvidos, condenando preventivamente, mantendo acusados na prisão ilegal e injustamente. Nem se lembram dos processos empilhados, salvo injunções e pedidos à espera de um dia de veneta para despachar tudo, em penadas, impacientes, levianas, desdenhosas ou arrogantes. Não tem compostura judicante quem converte a sentença em réplica ou conchavos. O juiz querelante não tem compostura judicante, com a anomalia da polêmica e do panfleto é mais nocivo do que o juiz que pendula, perplexo, entre as dúvidas inerentes a todo contraditório. O quadro humano e social esvai-se por entre os meandros formalísticos. O casuismo e a parcialidade na prática forense favorecem as aventuras, apresentando o mesmo Direito de modo incerto e flutuante. O juiz não deve atribuir-se onisciência para, a um toque de vara, extrair toda a verdade de um aspecto, de um episódio, de uma personagem na superfície das formalidades e das convenções. Ética - A ética profissional e funcional é devida por todos os juristas, sobretudo pelos juizes, e não somente pelos advogados. Ela se limita à disciplina ordinária, aos escrúpulos comuns, à compostura e à cortesia elementares. Antes e acima de tudo, deve imperar a ética humana, social, patriótica, cívica, doméstica. O dever exige o adestramento no uso das armas legais, o perfeito conhecimento da ciência, da arte e da técnica jurídica para dedicá-los ao ideal jurídico, ao pensamento jurídico, ao sentimento jurídico e, principalmente, à conduta jurídica. A correção não está nas vestes talares, no anel, no escudo, mas nos atos profissionais e funcionais. A autoridade deve ser substantiva e não somente adjetiva. O Direito, a arma da cidadania, instrui e nobilita a consciência humana e social a bem

da Pátria. Pela ordem jurídica, sob todos os aspectos, o jurista há de velar como patrono e não só como procurador. Não precisa de procuração para acudir e salvar. O que é direito para todos os cidadãos constitui dever para todos os compromissos. O jurista não é formado, juramentado, treinado, doutorado para sobreviver desdenhoso de supremas injustiças e ilegalidades.

Como cruzar os braços diante dos gritos de socorro ante o incêndio que ameaça a própria casa do Direito! Ao toque de alarma, o bombeiro não irá dissertar sobre teorias e formaturas. O juramento do grau, invoca a causa da humanidade".

Essas são lições que me vieram a propósito do recente episódio da recente crise institucional vinda por decisão da lavra do Tribunal Regional Eleitoral.

São lições do jurista, advogado e professor, Roberto Lira - como julgar, como defender, como acusar. Lições atualíssimas.

O Governador do Estado, em viagem autorizada pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no exterior, cumprindo missão institucional oficialmente designada por este Poder: o advogado titular de sua defesa, junto ao Tribunal Regional Eleitoral, Professor Rene Ariel Doti, também em viagem ao exterior - viveu o Parlamento paranaense o seu período de recesso, estávamos em férias forense, e em sessão extraordinária, em segredo de justiça apenas 4 entre os 7 Juizes integrantes da suprema corte estadual da Justiça Eleitoral decidiram, ao final e início da noite, ao final da tarde de sexta-feira, às vésperas de um final de semana em que se desativam as repartições públicas, decidiram pela impugnação do mandato conferido pela população do Estado do Paraná.

Decidiram mais: para além da impugnação, decidiram pela inelegibilidade pelo período de três anos do Governador do Estado, pelo cometimento de fraude eleitoral. Era preciso fazer comportar os atos e os fatos e sobretudo, era preciso fazer comportar os autos à descrição legal prevista para as ações constitucionais de impugnação de mandato. Era preciso conformar a fraude, para dar base à decisão. Se não se conformasse a fraude de um ou de outro modo, não haveria base jurídica, constitucional, legal, para dar base à decisão de impugnação do mandato.

E para conformar a fraude, tudo se fez: provas emprestadas de outro processo, provas que não foram produzidas para aquele processo especificamente, mas produzidas noutro, sem que pudesse a parte interessada, o governador do Estado, ou então, aspirante ao governo do Estado, porque anterior à sua posse, sem que pudesse o go-

vernador do Estado intervir na fase de inquérito, obtendo inclusive o seu trancamento por força de "habeas-corpus" ou outro remédio jurídico eficaz, sem que se garantisse o Princípio do Contraditório e da ampla defesa, já na fase de inquérito como é o exigível, ainda que inquisitorial, seja o inquérito policial entre nós, mas exigível por força de princípio eleito pela Constituição Federal, era preciso também denegar e recusar à parte, o direito de ter a perícia sobre as provas documentais apresentadas pelo ex-Deputado Federal José Carlos Martinez.

Era preciso que essas provas fossem apenas aceitas, sem perícia, sem inspeção, sem averiguação. Era preciso enfim, dar novo tom, dar nova base, dar nova leitura ao Código Eleitoral, que já vai velho e corre ultrapassado e que não define nem especifica o crime de fraude eleitoral, quando se está diante da hipótese de falsidade de identidade, se está diante da hipótese prevista no Código Penal, artigo 307, de falsa identidade que consiste em: "atribuir-se ou atribuir a terceiro, falsa identidade para obter vantagem em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem", com pena de detenção de três meses a 1 ano ou multa, se o fato não consistir em crime mais grave.

Era preciso então, aproveitar provas produzidas noutro processo, era preciso mais, fazer em segredo de justiça, em Sessão extraordinária, na ausência do advogado titular da defesa, na ausência da parte interessada; era preciso enfim, cercar o julgamento que mais se transformou em simulacro para dar base àquela decisão. Há aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados, uma afronta à consciência jurídica do País, uma afronta e, independentemente de posições políticas e partidárias, há uma afronta ao Direito e a Constituição. Há uma afronta ao Parlamento paranaense, que não foi comunicado da data do julgamento, nem do seu resultado, embora soubessem os senhores juizes, dos graves desdobramentos da sua decisão, nada fizeram em concerto com a Assembléia Legislativa do Estado para minimizar ou ao menos, promover e garantir uma transição razoável num processo de crise institucional no Estado.

Não, nada disso foi necessário. Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, para além de manifestar a indignação por um resultado de simulacro de julgamento que afronta as instituições democráticas deste País, quero também trazer uma perspectiva a V.Exas. Em Assis Chateaubriand, nas últimas eleições, fui dentre os Deputados do PMDB o mais votado. Lá tive o apoio de organizações populares, de lideranças comunitárias e, inclusive, da representação feminina através de duas Vereadoras na Câ-

mara Municipal de Vereadores. Em nenhuma escola, em nenhuma repartição pública, nenhuma casa de comércio estive em Assis Chateaubriand sem que lá encontrasse familiares de vítimas, amigos, pessoas direta ou indiretamente ligadas aos episódios de violência promovidos pela colonizadora de propriedade da família Martinez.

É um fenômeno em Assis Chateaubriand que é similar ao havido com os desaparecimentos políticos da Argentina. Na Argentina trinta mil desaparecimentos ocorreram durante o período de repressão. E não é possível também na Argentina visitar qualquer repartição, ou casa de comércio, sem que direta ou indiretamente se tenha contato com familiares, pessoas, amigos, ligados aos episódios de violência.

Assim é em Assis Chateaubriand. E foi com perplexidade que vi manifestação do Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa concede um minuto para V.Exa. concluir o horário da Liderança.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Solicitaria ao Deputado Alceu Swarowski se seria possível utilizar o Horário do PSDB. (Assentimento).

O Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Dr. Xavier, manifestou, através da imprensa, e isto dará base à interpelação judicial nossa, que recebeu em 1990 uma fita em vídeo cassete que reproduzia depoimentos havidos e tomados junto a diversas autoridades do Estado. Bispo Sartori, do Município de Palmas. Além dele do ex-Deputado Estadual, vinculado ao Movimento pela Paz na Terra e a Comissão Pastoral da Terra, Pastor Gernote Kirinus. Depoimentos de lideranças vinculadas à CPT, depoimentos de familiares de vítimas, entre os quais de familiares do Deputado entre nós, Iensen. E entre estes depoimentos também o depoimento de um que se intitulava pistoleiro a cargo da família Martinez.

A interpelação que faremos à Presidência da Associação dos Magistrados é sobre quais as medidas que adotou no sentido de ver apuradas as denúncias gravíssimas de cometimentos de crimes, não individuais, mas de crimes contra a humanidade na comarca de Assis Chateaubriand. Porque estamos diante de uma situação que o que me parece causa espanto às consciências nem sempre tão dignas de extratos dominantes da nossa sociedade não à figura supostamente e ideologicamente falsa do pistoleiro Ferreirinha, porque outros há naquela Região que atuaram, pistoleiro Bigode, pistoleiro Carlão e tantos outros... Mas a indignação não é quanto à identidade do

pistoleiro, mas é antes quanto ao que diz o suposto pistoleiro.

É sobre isto que exigimos, reivindicamos, formal manifestação da Justiça Brasileira, da Justiça Paranaense. Os crimes lá praticados, e foram praticados às centenas, todos impunes, estão consagrados historicamente, demonstrados historicamente e estão lavrados em autos próprios junto ao Tribunal de Justiça, sem que sobre eles se tenha despacho.

É interessante também observar que os autos do Tribunal de Justiça dizem respeito aos aspectos de propriedade e não aos aspectos relacionados à vida.

Portanto, temos processo próprio que diz respeito a determinar de quem efetivamente a propriedade de áreas específicas, estabelecer a cadeia denominal das terras daquela região. Mas sobre as mortes, os assassinatos, os espancamentos, os desaparecimentos de famílias nada se tem. Há um silêncio cúmplice de um conjunto de instituições sobre estes crimes e tendo o juiz presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros formalmente recebido do jornalista e advogado Roberto Requião então candidato a governo do Estado a denúncia de crime era seu dever e apuração desses crimes.

E vivemos hoje a esdrúxula situação que viveria um cidadão que se dirigindo à delegacia de polícia e se apresentando como fulano de tal desse a notícia de um crime bárbaro, e que, no dia seguinte, embora provada a existência do crime bárbaro por ele denunciado, no centro e como objeto principal das atenções estivesse a identidade de fulano de tal que se supõe seja sicrano de tal e não apurar e determinar com clareza se verdadeiros ou não os fatos que por ele foram ditos.

Estamos, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não diante como quis e forçou o entendimento dos juizes do egrégio Tribunal Regional Eleitoral de crime de fraude. Se admitida a ocorrência de crime estaríamos diante de crime de falsa identidade que é fundamentalmente diversa: um crime ontologicamente diverso; um crime sistemicamente diverso do crime de fraude. Fraude conheço eu quando na minha Comarca de Corbélia tivemos de tirar um juiz de dentro de um camburão de polícia com o cometimento de crime de fraude eleitoral, violação de urnas, substituição de cédulas. Na sala do juiz daquela Comarca que teve declarada a perda do seu cargo, foi condenado à pena de reclusão de 3 anos e de inabilitação para exercício de funções públicas por 8 anos.

Estelionato conheci eu quando denunciei o episódio do edifício do Fórum de Curitiba. Estelionato qualificado porque praticado contra a administração em que o

engenheiro, diretor técnico Loyola do Departamento de Obras do então Presidente do Tribunal de Justiça Dr. Mário Lopes em parceria com empreiteira atuante na obra lesar o Estado em valores superiores a 1 milhão de dólares. Estelionato qualificado, corrupção passiva e ativa. Mas isto tudo são processos próprios. Um já transitado em julgado de que se busca reverter junto ao Supremo Tribunal Federal o do juiz da Comarca de Corbélia. Outro em fase de inquérito na delegacia de crimes contra administração. Mas são dois casos clássicos de fraude eleitoral e de estelionato qualificado porque praticado contra a administração.

Mas aqui há uma regra Sr. Presidente, e esta é a regra que deverá e já foi evocada pelo ilustre professor Rene Dotti ao lado dos demais advogados que atuam na matéria é a regra do balanceamento dos interesses em conflitos e as causas de justificação não previstas pela lei, isto é a antijuridicidade que é necessária para a configuração do crime tem que ser balanceada com o que se buscou. E o que se fez no programa eleitoral do PMDB em 1990 senão o exercício do direito de crônica que vem evocado por Josep Bertiol. Josep Bertiol é uma das maiores autoridades do Direito Penal Internacional. E ele, a respeito do direito de crônica esclarese e pacifica a matéria.

Diz Josep Bertiol: "O direito de crônica jornalística no quadro da ampla liberdade de imprensa reconhecida pela constituição ao cidadão deve ser admitido ainda que encontre obstáculos notáveis. A imprensa tem a função de informar sobre fatos, informar a opinião pública."

Devo concluir aqui, Senhor Presidente, tais funções são tipicamente políticas, e qualquer limitação nesse campo é constitucionalmente inconcebível, trata-se de uma livre manifestação de pensamento em matéria que DELIPALA chama de privilegiada a respeito da função informativa quando se trata de fato que pode ferir a honra ou a reputação de um cidadão, também esses são bens estupelados pela Constituição. A publicação do fato deve ser de interesse público, e era uma informação de interesse público, desejava a ser alçado a condição do Governador do Estado, homem envolvido com assassinatos no campo, e que provavelmente também cometeu o mesmo crime que teria cometido o Ferreirinha, o suposto pistoleiro, porque ao declarar-se advogado e administrador de empresas ele cometeu exato e mesmo crime, que é o crime de falsa identidade.

A respeito da função informativa quando se trata de fato que pode ferir a honra e a reputação de um cidadão, a publicação do fato deve ser de interesse público, no

sentido de que não pode ater-se a um aspecto ou momento da vida íntima e privada do ingerido, e além deve ser verdadeiro, e os fatos eram verdadeiros, eram de interesse público e verdadeiros. E a prova da verdade do fato não poderá jamais ser recusada.

E aqui concluo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a prova da verdade do fato jamais poderá ser recusada, e nós reivindicamos e exigimos da justiça brasileira e paranaense a prova da verdade do fato enunciado pelo programa eleitoral do PMDB em 1990, de que houve crimes, crimes em massa, crimes contra a humanidade, e que devem consistir como objeto principal da nossa questão.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Com a palavra o Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Venho a esta Tribuna nesta tarde, para contestar uma correspondência enviada ao ilustre Sr. 1º Secretário desta Casa de Leis pelo Deputado Federal, Sr. Edy Siliprandi. Nesta correspondência que tenho a impressão que todos os Srs. Deputados e a Sra. Deputada tenham recebido ele faz menção ao Deputado Estadual Eurides Moura, com palavras, realmente, que não podemos aceitar de forma nenhuma, por esta razão nós queremos que fique registrado nos Anais desta Casa a nossa contestação. Quando aquele Deputado se dirige ao 1º Secretário desta Casa ele está ofendendo a todos nós Deputados e também a Sra. Deputada, porque há um requerimento de minha autoria pedindo à Bancada do Paraná no Congresso Nacional quando da alteração constitucional, da revisão constitucional que deverá acontecer a partir de 05 de outubro próximo vindouro, se faça uma alteração no Artigo 18, Inciso 3º, determinando que quando acontecer a solicitação de desmembramento de um Estado ou anexação, seja ouvido o Estado em sua totalidade.

Se aquele Parlamentar tem o direito de pleitear a criação do Estado do Iguaçu, também nós, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, especificamente esse Deputado, também tem o direito de defender que esse Estado do Paraná se mantenha em sua totalidade. A divisão proposta, ao meu ver, e nos parece ao ver de toda esta Casa, com raras exceções, não deva acontecer.

E é nesse sentido, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, que demos entrada nesta Casa, na data de 26 de maio deste ano, de um requerimento propondo à Bancada do Paraná no Congresso Nacional,

que acolhesse essa nossa sugestão e que na revisão Constitucional pudessem alterar o Artigo 18, inciso 3º, da Constituição Federal e que, a partir dali, para se dividir o Estado, não só o Estado do Paraná, qualquer dos Estados da Federação brasileira, seja ouvida a totalidade da população do Estado.

Por esta razão, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, aquele Senhor Deputado não tem o direito, de forma nenhuma, de se dirigir à Assembléia Legislativa, porque esse meu requerimento foi aprovado pela unanimidade dos Senhores Deputados e também da Deputada. Se ele me acusa com palavras que não aceitamos, ele está ofendendo a cada um de nós Deputados da Assembléia Legislativa.

Por isso, eu gostaria que ficasse registrado o meu repúdio às palavras daquele Deputado. Ele tem o direito sim de contestar aquele nosso requerimento, mas não tem o direito de usar aquelas palavras que, jamais, um Deputado de bom senso poderia usar em um Expediente dirigido à uma Assembléia Legislativa.

Então, eu peço, veementemente, que fique gravado, que fique registrado o nosso, o meu repúdio àquele Senhor Deputado Estadual. Se ele tem direito de defender o Estado do Iguaçu; eu, como Deputado e cidadão paranaense, tenho o direito também de defender o Estado do Paraná em sua totalidade.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Queria lembrar aos Senhores Parlamentares o nosso encontro amanhã com o Secretário da Fazenda, Dr. Heron Arzua. Eu gostaria que estivessem presentes os Parlamentares, principalmente os que fazem parte do Bloco da Frente Municipalista.

A presença do Secretário é importantíssima para todos nós, principalmente porque os presidentes das microrregiões estarão presentes, o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, Prefeito Luiz Amaral, o Presidente desta Casa, Deputado Orlando Pessuti e Presidente do Bloco Agropecuário. Além dos presidentes das microrregiões, diversos prefeitos do Estado do Paraná já nos comunicaram que estarão presentes conosco amanhã, às 10 horas. O assunto é de extrema importância para os nossos municípios. Vamos discutir e tirar dúvidas no que diz respeito à distribuição de ICMS no Estado do Paraná.

Num segundo assunto, o Deputado Alceu

Swarowski, nosso companheiro e membro do Bloco Municipalista, também fará algumas considerações a respeito da Reforma Constitucional que vem aí logo no mês de setembro. E, depois, é claro, vamos tratar de assuntos diversos naquele Plenário e de tudo aquilo que for de interesse dos municípios paranaenses.

Um segundo assunto que me traz aqui é para deixar registrada uma questão que a minha assessoria já está procurando, é claro, levantar isto tecnicamente. Trata-se dos cargos em comissão desta Casa de Leis e por que não dizer do resto do Governo do Estado.

Quando aprovamos a Lei de Previdência do Estado, recentemente, final do ano passado, até então eram descontados do pagamento feito, dos nossos funcionários, inclusive, dos nossos gabinetes, era descontado o percentual do IPE. E seguidamente eles até utilizavam o atendimento médico, assistência à saúde do IPE.

E o que veio a ocorrer a partir de janeiro deste ano? Deixou-se de descontar a parte do IPE; não está previsto na lei que nós aprovamos aqui no final do ano passado e nós temos dentro da nossa Casa centenas de funcionários nossos que estão completamente marginalizados até no atendimento na área da saúde.

Nós temos dentro deste Poder funcionários que estão há mais de quatorze, quinze anos prestando serviços nos gabinetes ou dentro do próprio Poder e que não são funcionários da Assembléia, não são funcionários de Secretarias de Estado, não são funcionários de autarquias, não são funcionários de ninguém. E são pessoas, cidadãos e cidadãs, que recebem do Poder Público e que ao longo do tempo já, segundo pelo menos por uma questão de justiça, no entendimento, já tem direitos, inclusive, sobre a sua permanência, sua atividade permanente dentro do nosso Poder, dentro do Poder Legislativo do Estado do Paraná e que hoje principalmente na área da saúde estão completamente marginalizados.

Comentava com o Deputado Paulo Maia, recentemente - até me vali dele, estou me valendo dele - para que possamos em conjunto fazer um estudo e apresentar, é claro, um Projeto de Lei alterando um dos dispositivos da Lei da Previdência que nós aprovamos no ano passado, para podermos corrigir.

E se nós, que falamos tanto em justiça, pregamos tanto o amor ao nosso próximo, à vida, às questões sociais esparramadas em todos os recantos do Estado do Paraná, temos problemas dentro dos nossos gabinetes, e que se não tomarmos uma medida urgente nós vamos ser omissos e vamos continuar sacrificando pessoas que estão prestando excelentes serviços em todos os

gabinetes desta Casa e que não são funcionários de órgão nenhum.

Não sei de que forma vamos discutir isto, segundo a legislação. Quero que o Deputado Bona Turra que é um estudioso do Direito e os demais companheiros se atenham neste problema. Nós temos que achar uma solução legal para todos os funcionários de cargos em comissão dentro do nosso Poder e também dentro do Poder amplo do Estado do Paraná; nas Secretarias, no Governo, na Casa Civil e assim por diante.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eram estas as minhas colocações que gostaria de fazer nesta tarde, levantando esta última questão no que diz respeito aos cargos em Comissão e lembrando aos Senhores Parlamentares, mais uma vez, que é de extrema importância a presença dos Senhores amanhã no Plenarinho desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ontem os jornais "Gazeta do Povo", "Folha de Londrina", o "Estado do Paraná", "Correio de Notícias", "Tribuna do Paraná", "Diário Popular", o programa do Deputado Algaci Túlio, do Deputado Luiz Carlos Martins, do Deputado Carlos Simões, comentavam, como eu, o assassinato estúpido, cretino, imbecil, idiota, de um motorista de táxi, que trabalha hoje para pagar o que comeu ontem. Trabalha hoje para levar o sustento de sua família amanhã.

Às vezes correndo o dia inteiro este asfalto negro, de encontros e desencontros, ele não consegue buscar, às vezes o sustento de sua família. Ele foi encontrado jogado no chão, ao lado do táxi, com um tiro na cabeça.

Mostrava o Deputado Algaci, ontem, o Deputado Carlos e o Deputado Luiz Carlos Martins, a Tribuna do Paraná, o Diário Popular, que são os jornais da crônica policial, estampavam o assassinato.

Eu perguntava, por que matar para roubar? Mataram o Senhor Osvaldo para roubar dele dois mil cruzeiros reais! Mataram o Senhor Osvaldo para roubar um relógio! Mataram o Senhor Osvaldo para roubar uma jaqueta! Pasmem este Parlamento! Pasmem, Senhores Deputados.

A Dra. Ivete e o Dr. Jordão chamavam ontem à tarde a imprensa especializada para conhecer os assassinos. Deslocamo-nos para lá. Eu pensei que eu ia ver, enxergar, um homem de alta estatura, ou homens! Quando chegamos à delegacia, eu fiquei parado. E hoje eu mostrei, através da minha rede de televisão, como comentava o Deputado Algaci, hoje, no seu programa, pela

manhã, como comentava o Deputado Carlos Simões, como comentava o Deputado Luiz Carlos Martins, no seu programa, todos nós, eu mostrei hoje os assassinos, Deputado Toti Colaço, duas crianças! Duas crianças! Um de 14 um de 15, com mais duas meninas, uma de 12 e uma de 14. Pegaram o táxi, mataram o taxista. Por quê? Porque queriam o seu relógio! Porque queriam a sua jaqueta! E queriam os dois mil cruzeiros que ele tinha trabalhado o dia inteiro para ganhar, para sustentar a sua família.

Conversava eu com o Dr. Jordão e a Dra. Ivete e eles me deram um dado estarecedor: 90% dos assassinatos, do elemento que adentra a sua casa e mete a máquina na cabeça da sua esposa, do seu filho, da sua filha, rasga o direito constitucional que a sua família tem, 90% são menores. Menores de idade, todos chapados de maconha ou às vezes, de cola, ou às vezes, de bebida alcoólica, ou às vezes, da rainha da morte, a cocaína.

Agora eu pergunto aos Senhores: existe na Constituição Brasileira, existe, Deputado Rosinha, Deputado Paulo Maia, existe, Deputada Emilia, na Constituição, que as famílias, têm direitos constitucionais. A família tem direito à garantia à vida, e tem na Constituição do meu País, Deputado Paulo, uma lei que diz que o menor pode dirigir um carro, pode pegar o Título de Eleitor, no ano que vem, em 94, ir à urna, escolher o presidente, dois senadores, o Deputado federal, o Deputado estadual e o governador do meu Estado e não existe, Deputado Trevisan, não existe, Senhores Deputados, uma lei. Não existe. Não existe lei nenhuma dentro da Constituição que diga que um menor que entra dentro da sua casa, estupra a sua senhora, mata a sua filha, como fizeram ontem na residência de uma família também na capital do Paraná e fizeram ontem em Londrina: entraram, dominaram todos, trancaram dentro do banheiro, pegaram uma faca e ameaçavam o dono da casa e dizia: "Coloca tudo no carro, senão eu vou cortar a cabeça do seu filho".

Não existe, Deputado, uma lei que puna o menor, que mata a nossa família. Eu nunca vi isto. Eu nunca vi, eu nunca vi. Eu não estou vendo. Eu não vejo. Existem direitos. A família brasileira do meu Estado tem direitos constitucionais, pombas!

Agora, quando uma criança entra dentro da minha casa, com 15 anos, chapado, drogado, estupra a minha filha na minha frente, estupra a minha esposa, como recentemente aconteceu em São Paulo. Um casal que vinha de Santos para São Paulo. Ele foi trocar o pneu... Isso foi publicado no Jornal "Notícias Populares". O drama de um pai que estava trocando pneus, os elementos pararam, menores, amarraram o proprietário, amarraram a filha, o namorado e es-

tupraram a esposa do cidadão que estava no carro, Deputado Luiz Carlos, na frente da família. Fumavam maconha e estupravam e riam na cara de todo mundo. Quando terminaram de estuprar a esposa, colocaram ela dentro do carro, tiraram a filha, amarraram a filha e estupraram na frente. Aí foram presos.

Qual o denominador comum? São menores, não têm condições, não se pode fazer nada! Eu até compreendo que a cadeia não vai resolver porque a cadeia é uma fábrica de monstros. A cadeia não regenera ninguém. A cadeia é uma fábrica de assassinos, de canalhas, de violentadores. Há mais o tráfico de drogas lá dentro, a prostituição, o homossexualismo, mais desgraças dentro das nossas penitenciárias do que aqui fora, nesse asfalto negro de violência.

Estou encaminhando...

O Sr. Dirceu Manfrinato - V. Exa. me concede um aparte posteriormente, Deputado?

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só vou completar o meu raciocínio.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Caso V. Exa. de-
sejar utilizar o horário do PP, cede-
remos a V.Exa.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Estou encaminhando ao Deputado Pedro Tonelli, meu amigo, Deputado Antonio Ueno, Deputado Werner Wanderer, Senador Luiz Alberto, Senador José Richa, Deputado Luiz Carlos Hauly, à Liderança do PDT, à Liderança do PSDB, do PP, do PMDB, do PFL, do PL, estou fazendo um apelo que há necessidade, meu Deus do céu, de emendarmos a Constituição brasileira, para que o menor que afronta os direitos constitucionais da família brasileira ao assaltar e matar, ele também tem que ser punido! Se ele tem o direito de dirigir, de votar, porque tem o direito de entrar em nossas casas, estuprar as nossas famílias, violentar e rasgar os nossos direitos constitucionais? E depois ele vai à Polícia e esta não tem como prendê-lo. Não tem o que fazer com este menor.

Concedo o aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Deputado Luiz Carlos Alborghetti, poucos aceitam e poucos colocam em público a opinião em relação ao que temos. Falamos da necessidade, da crise em que vivemos, da seriedade, da honestidade, em relação à segurança em todos os sentidos em nosso País.

É inadmissível aceitar nas manchetes de jornais de nosso País os verdadeiros escândalos e vergonhas das fugas das prisões dos estados brasileiros. Sempre de-

fendi, continuarei defendendo, mesmo indo de encontro com aqueles que não desejam, sempre fui e serei favorável à pena de morte. Temos hoje no Brasil várias penitenciárias dando um custo elevado para a manutenção de um preso. Se fizermos uma comparação, o custo de um preso hoje numa penitenciária, pelos gastos e até pelos excessos de benefícios, haveremos de comprovar que um bóia-fria, que trabalha sol a sol, custa muito menos para o Governo e até mesmo para os seus patrões.

Quando V. Exa. levanta a questão dos menores, entendemos que hoje um menor de quinze anos tem um raciocínio acima do nosso. Quando V. Exa. conviveu conosco no período de juventude, não tínhamos na época os meios de comunicação que temos hoje, hoje um jovem com quinze anos é consciente do que faz, é consciente dos acontecimentos. Infelizmente, a nossa Constituição Federal foi muito abrangente e, com isto, está propiciando a desordem, os assassinatos pelos jovens que sabem que através da Constituição estão isentos da punição que sabem que é através da Constituição Federal, neste sentido, peca muito. Hoje um cidadão e sua família podem ser assaltados, assassinados e o marginal só pode ser apreendido se for em flagrante.

Deputado Luiz Carlos Alborghetti, V. Exa. que é carrapicho da polícia, que faz programas policiais e que convive o dia a dia neste drama em que vivemos não só no Paraná mas no Brasil há de ser testemunha de que nenhum ladrão ao assassinar um cidadão brasileiro vai ficar esperando e dando privilégio para que a polícia determine uma prisão em flagrante. Concorro com V. Exa. quando diz que as mudanças têm que vir e urgente, porque este índice que estamos vivendo é por causa de uma Constituição mal elaborada e precipitada.

Muito obrigado pelo aparte de V. Exa.!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para terminar o meu raciocínio, Srs. Deputados, por favor me entendam, entendam o meu desabafo.

Não quero o menor na cadeia! A cadeia não salva nenhum menor. Eu também não quero centros de recuperação - como disse a Deputada Emilia recentemente - para que a criança seja espancada e também rasgada nos seus direitos. Não quero eu, não quero os Deputados Algaci, Carlos Simões, nós que militamos na área policial e acredito eu que os jornais da crônica policial.

Confesso aos Senhores que acho necessário emendar a Constituição brasileira como disse o Deputado Dirceu Manfrinato. Há necessidade de emendá-la. Temos que dar direito à família, mas direito integral. Porque não adianta aparecer determinados

intelectuais que quando se prendem determinados menores infratores: "Meu Deus do céu! Por quê?" Mas, onde está o direito da esposa do Sr. Oswaldo? Quanto custou o caixão para ele ser enterrado? Cadê os direitos constitucionais dos filhos do Sr. Oswaldo que perdeu o pai em assassinato, com balaço na cabeça? Só têm direitos bandidos neste País? E a família que passa por crimes violentos não têm direitos neste País? A moça quando é estuprada, o estuprador é que tem direito? Ela não tem direito?

Senhores, prestem atenção, não sou do PDT, sou Independente, mas o Governador Leonel Brizola construiu uma escola em que o menor entra às 6 horas da manhã, não estou me referindo a Partido político não...

O Sr. Dirceu Manfrinato: Mais um aparte, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Já lhe concedo.

A criança entra às 6 horas da manhã no Rio. Eu fui ver, eu fui lá. Era uma curiosidade minha. O Prefeito Wilson Moreira tentou fazer uma escola dessas em Londrina, o Prefeito Belinati fez uma super creche e eu falei, inclusive, com o Prefeito Luis Eduardo Cheida. O Antonio fez uma baita de uma creche, desculpe a expressão da palavra, fez uma creche enorme, uma super creche. Eu falei, olha, Cheida, dá para você ocupar essa creche também, tirar as crianças da rua e ocupar também determinados horários para recuperação de menores. Eu conversava recentemente com o Prefeito Antonio Belinati e falei, a idéia é fantástica. A mãe deixa a criança o dia inteiro dentro da creche com todo aparato, com tudo que há de necessário para fazer com que aquela criança se sinta bem, se sinta amada, guardada. E como no Rio de Janeiro eu fui ver, eu queria conhecer o que o Governador Leonel Brizola fez. Pedi permissão, fui com minha esposa, meu filho Luis Eduardo. Fui conhecer o Rio, não conhecia, fui visitar. Conversei com o filho do Governador Leonel Brizola, ele me atendeu maravilhosamente bem e colocou um carro a minha disposição para me mostrar as escolas integrais que ele tinha feito no Rio de Janeiro. Fiquei feliz em ver; fiquei feliz, fiquei feliz.

Então, eu quero que a Constituição seja emendada. Eu quero que aquilo que o Antonio fez em Londrina na época que foi Prefeito Antonio Belinati, não porque é do PDT. Pode ser do PMDB, do PT, de qualquer partido. O que falta nesse País é vontade política de trabalhar, meu Deus do céu. Fazer alguma coisa porque não adianta a cada 4 anos aparecer na televisão um candidato abraçado com um monte de crianças

cheirando cola dizendo que vai salvar o Paraná, salvar o Brasil, que vai resolver o problema das crianças, mas continua tudo a mesma coisa.

Concedo aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato (Aparte) - O assunto de Vossa Excelência é tão importante que eu quero ter a felicidade de apartear-lo e ao mesmo tempo debater com Vossa Excelência alguns pontos de vista que nós temos.

Vossa Excelência afirma que visitou as escolas integradas no Rio e que é um sucesso do Governador Leonel Brizola.

Por mais que o Governo faça e que seja um sucesso, nós ainda estamos vendo cenas desagradáveis com os jovens e as crianças adolescentes no Rio de Janeiro.

Ilustre Deputado é uma questão de que quando nós falarmos do que eu vou dizer agora, há uma revolta de alguns preconceitos da sociedade em que vivemos.

Mas eu quero registrar aqui hoje e tendo a felicidade de ter o aparte de Vossa Excelência, de dizer que esta situação que nós estamos vivendo é fruto de um País que precisa cair na sua realidade sócio-econômica, quando nós temos que, pelo menos agora, o Governo determinar pelo menos durante 30 anos o controle da natalidade no Brasil, porque não adianta nós criarmos estruturas quando nós não podemos nos dar ao luxo no País de ter um chefe de família tendo 10, 12 filhos. É um País que está ainda em desenvolvimento.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - E ganhando um salário de miséria.

O Sr. Dirceu Manfrinato - ... perfeitamente. Então nós temos que ter uma educação mais rígida com relação, pelo menos neste período de 30 anos, porque nós já estamos pagando no momento em que estamos vivendo exatamente por não termos uma educação familiar no Brasil porque acham que vamos fazer filhos e mais filhos e não medimos as conseqüências do futuro.

E hoje Deputado Luiz Carlos Alborghetti, nós estamos vivendo esta conseqüência por não termos uma determinação de um controle de natalidade aqui no nosso País. Eu quero parabenizar a Vossa Excelência quando levanta sua questão porque realmente é uma questão polêmica, e nós temos que assegurar isso como homem público, e Vossa Excelência que é um defensor intransigente da pena de morte e que eu também sou, sou solidário a Vossa Excelência, e com essa história de que a pena de morte se vir ao Brasil só vai matar os ladrões de galinha isso não existe. Acho que se vir a pena de morte até as estruturas que dão segurança

ao povo brasileiro serão punidas, porque existe muita convivência, e nós temos visto pela imprensa, da própria estrutura da segurança do povo que participa dos chunchos e dos jogos nesse País. O que nós não podemos admitir ilustre Deputado recentemente sair de uma prisão do DEI em São Paulo, o maior assaltante de Banco desse País, e levou consigo mais 53 marginais. Vossa Excelência sabe que atrás disso existe o esquema da Folha Verde que facilita as fugas, assim como está o PC Farias nesse País.

Então, na verdade, tem que ser mudado, e tem que haver seriedade, e tem que haver, acima de tudo, Deputado Luiz Carlos Alborghetti o que precisa nesse País, falta patriotismo, é defender aquilo que se chama Brasil e aquilo que se diz Hino Nacional.

Obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Para encerrar, Senhor Presidente, quanto a guerra do Senhor Roberto Marinho e o Senhor Leonel Brizola não me interessa, essa é uma guerra que vai longe como diz o jornalista Hélio Fernandes da Tribuna da Imprensa do Rio, e eu estou aqui apenas dizendo, Deputado Manfrinato que realmente a escola que vi no Rio de Janeiro é um exemplo, nós temos escolas que foram plantadas no Estado do Paraná, na Capital do Estado pelo Prefeito Jaime Lerner, eu sei que tem escolas que foram plantadas pelo Governador Roberto Requião, eu sei que tem a super creche que foi instalada pelo Prefeito Antônio Belinati. Eu lembro que quando eu andava de carro com o Senhor pelo interior do Paraná que o Senhor queria fazer uma escola integrada no seu município se o Senhor ganhasse a Prefeitura, tenho certeza que o Senhor ainda será Prefeito de Cianorte, porque realmente o Senhor merece.

É isso que quero, são idéias, são vontades, é a vontade política de trabalhar. Acho muito importante o que o Senhor disse, recentemente o Senhor Abidinél não sei das quantas, irmão de um Deputado não sei das quantas, que é traficante de cocaína, fugiu, foi ao dentista e fugiu, um dos maiores traficantes de drogas de Rondônia. Realmente temos uns desacertos na área de segurança, mas nós também temos acertos, nós temos bons policiais na Polícia Militar, nós temos bons policiais na Polícia Civil, o Deputado fez uma crítica hoje ao Poder Judiciário, nós podemos ter maus juizes mas também temos bons juizes no Poder Judiciário, nós temos bons homens na Polícia Civil, na Polícia Militar, a polícia do Paraná não tem uma bola de cristal, nós temos os bons e os maus, a polícia do Paraná não tem uma bola de cristal para

advinhar que hora que vai acontecer um assassinato, um crime. A Polícia do Paraná está fazendo das tripas ao coração para fazer uma grande segurança. Eu ainda a polícia do Paraná, eu ainda digo que nós temos a melhor polícia do Brasil no Paraná, eu me orgulho disso. O Deputado Algaci sabe, o Deputado Carlos sabe, todos nós que militamos na área sabemos, nós temos grandes delegados de polícia, nós temos homens sérios, honrados, que fazem a polícia com carinho, com respeito, com idoneidade.

Acho que temos que mudar a Constituição brasileira, o menor não pode mais entrar e afrontar os direitos constitucionais da família brasileira. Confesso aos senhores que sou a favor da pena de morte, mas sou a favor da pena de morte para determinados crimes hediondos, crimes que violentam a integridade moral e física do ser humano, que está dentro da sua casa, no convívio do seu lar, tratando com sua família com todo carinho, indo ao trabalho. Isso é brincadeira!

Ontem à noite um advogado curitibano que estava indo para um determinado local aqui na Capital - porque não conheço bem Curitiba, não sei andar em Curitiba - meteram o revólver na cabeça dele, levaram o seu Opala e a sua esposa entrou em pânico - ela teve que ser levada para um hospital. Quer dizer, temos que acabar com isso, porque eram menores, todos encapuzados, num sinaleiro, cometendo essa atrocidade.

Então, temos que modificar nossa Constituição Federal. Acho muito importante que todos nós aqui, unidos, conversemos com nossos Deputados Federais, conversemos com nossos Senadores, para emendarmos a Constituição Federal.

O ano que vem temos uma arma muito importante em mãos, temos a maior arma - acreditem, meu Deus do céu - nas mãos: é o Título de Eleitor. Com ele, ou vamos tirar esse País desta desgraça, desta mentira, desta cafajestada que aí está, ou vamos levar este País à redenção nacional.

Muito obrigado.

Muito obrigado pelos apartes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - Encerrado o Pequeno Expediente. Tendo o Deputado Luiz Carlos Alborghetti usado os horários do Bloco Independente e do PP, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao, no Grande Expediente, Deputado Oswaldo Trevisan.

(Declina).

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Queremos abordar a questão dos servidores públicos, mas não a do Estado do Paraná - porque esta já temos várias vezes dito - da situação de penúria em que vivem os servidores. Gostaríamos de abordar a questão da categoria a qual pertencem, porque são os servidores públicos do Município de Curitiba que, nos últimos quatro anos e meio, acumularam uma perda salarial de mais de 400%, de acordo com os estudos do DIEESE. Este ano a perda salarial desses servidores já passa dos 100%.

Em função dessas perdas salariais, a categoria se mobiliza, mas queremos dizer que a administração pública municipal tem condições de dar reajustes melhores, e aqui queremos dizer por quê.

A NIELCE - Serviços de Mídia, divulgou as despesas de vários órgãos públicos o ano passado, em publicidades e pegamos as despesas aqui abordadas, o montante gasto, e pegamos a população que vive no Estado, que vive em Curitiba, fazendo o cálculo e a despesa "per capita" em publicidade.

No ano de 1992, a Capital de São Paulo, terceiro orçamento do nosso País, gastou 0,7 dólares "per capita" em publicidade.

O Paraná gastou 0,6 dólares "per capita".

Se somarmos a publicidade gasta pelo Estado, junto com a publicidade gasta pelo BANESTADO, chega a 1,14 dólares "per capita".

A Prefeitura de Curitiba, no ano de 1992, gastou 2,00 dólares "per capita" em publicidade. O maior gasto publicitário do Brasil, que é feito para demonstrar que Curitiba é a "Capital Ecológica" do nosso País.

Aí entra uma campanha dizendo que os servidores públicos do município têm que ter os seus salários achatados porque não tem dinheiro para dar reajuste e faz-se uma campanha, chamada "Poupa-Tudo", cortando vale-refeição, vale-transporte e o não pagamento de horas extras trabalhadas, mas tem dinheiro para contratar ex-Prefeito como Secretário do atual, cujo ex-Prefeito foi exonerado pelo Decreto 528 do dia 21.05.93. Diz o seguinte:

"DECRETO N° 528

Exonera de cargo de comissão

O Prefeito Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, de acordo com o inciso 2 do artigo 72 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, exonerar, a pedido a partir de 1° de maio do corrente, Jaime Lerner, matrícula 34772-3 do cargo em Comissão de Assessor do Prefeito, símbolo S-1 da Assessoria Técnica, que teria hoje um valor de salário equivalente a 141 milhões de cruzeiros".

Não tem salário, não tem verbas para

pagar os menores salários. Quando se entra numa luta sindical, assim como age o Governador, o Prefeito coloca a perseguição em cima dos líderes, coloca a suspensão dos funcionários, dá falta aos funcionários, mas se alguém foi exonerado é porque alguém foi indicado para o cargo de assessor. E este Decreto - podem os Senhores Deputados procurar no Diário Oficial do Município de Curitiba, que não acharão o Decreto n° 528/92 do dia 21 de maio de 93, porque o Decreto que exonera o ex-Prefeito Jaime Lerner do cargo de confiança da Prefeitura de Curitiba. E quem foi exonerado é porque fora indicado meses atrás e o Decreto não foi publicado no Diário Oficial do Município.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (*Pela Ordem*) - Como se trata de um documento lido na Tribuna desta Casa, o documento já passa a pertencer a Assembléia Legislativa do Estado e eu requero a Vossa Excelência um xerox dos documentos, conforme denúncia do Deputado Doutor Rosinha, que seja enviado ao nosso Gabinete.

O SR. PRESIDENTE (*Hermes Brandão*) - Horário das Lideranças.

PDT.

(*Declina*).

PMDB.

(*Declina*).

PTB.

(*Declina*).

PL.

(*Declina*).

Passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Telex ATG 1258/93, subscrito pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, comunicando sua ausência durante os dias 14, 15 e 16 do corrente mês, em virtude de viagem oficial a Assunção - Paraguai. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício n° 080/93, subscrito pelo Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 04 e 05 do corrente mês, em função de compromissos particulares. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. *Apoiados*. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. *Apoiado*. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 398/92, de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino, Ernani Pudell. Dispõe sobre o livre acesso dos Deputados Estaduais aos estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena criminal e outros estabelecimentos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e S.P..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 398/92.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 229/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o

trecho rodoviário que liga o Município de Erculândia ao Município de Ivaté. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 230/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica, (Tapira ao Distrito de Santa Felicidade). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 231/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica, (Alto Piquiri - Mirante do Piquiri). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 232/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Iporã ao Município de Altônia. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 244/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti. Dispõe sobre a implantação de salas de aula especiais para atendimento aos portadores de excepcionalidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 257/93, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal, que liga os Municípios de Missal e São Miguel do Iguaçu. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 269/93, de autoria do Deputado João Preis. Denomina Rodovia Benedito Manoel da Silva, o trecho da rodovia PR-218, desde o entroncamento com PR-317 no Município de Iguaçu, passando pelos Municípios de Ângulo e Atalaia até o entroncamento com a BR-376. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 283/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar. Autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Telêmaco Borba - PR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 302/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Doa

ao Município de Francisco Beltrão lote urbano que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Queremos registrar a presença, no Plenário, do Prefeito de Rio Negro, Alceu Ricardo Swarowski, filho do nosso companheiro, Deputado Alceu Swarowski.

Sobre a mesa, Requerimentos n.ºs 2714, 2715, 2717 e 2721, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 2696, 2700, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 2683 a 2685, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2679, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2675 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do Expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 2688 a 2690, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 2669, 2671 e 2672 de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 2691 a 2693 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 2704 a 2713, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 2719, 2718 e 2716, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2701, de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 2722 a 2727 e 2729 a 2732, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2733, de autoria dos Srs. Deputados Renato Adur, Oswaldo Trevisan, Alceu Swarowski e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 2735 e 2736 de auto-

ria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 2720 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 534/91.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 198, 276/92, 310, 311, 317, 318, 336 e 338/93

O Senhor Presidente, comunica ainda aos Senhores Deputados que amanhã, durante a sessão, será promulgada a Constituição do Estado.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

12.ª LEGISLATURA - 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

- ATA DA 1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
Aos seis dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e três reuniu-se na Sala de Comissões, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, presidida pelo Senhor Deputado Namir Piacentini. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n.º 174/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 2) Projeto de Lei n.º 224/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 3) Projeto de Lei n.º 270/93, de autoria do Deputado Ernani Puddell. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário.

rio da Comissão.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
Richard R. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA

ATA DA 2.^a REUNIAO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Deputado Namir Piacentini. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 138/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Relator: Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 2) Projeto de Lei n° 217/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator: Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 3) Projeto de Lei n° 228/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator: Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 4) Projeto de Lei n° 229/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator: Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 5) Projeto de Lei n° 231/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator: Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 6) Projeto de Lei n° 249/93, de autoria dos Deputados João Iensen e Orlando Pessuti. Relator: Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 7) Projeto de Lei n° 257/93, de autoria do Deputado Élio Rusch. Relator: Deputado Heinz Georg Herwig. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 3.^a REUNIAO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de julho de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presi-

dência do Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lido e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 208/93, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Projeto de Lei n° 209/93, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini. Relator: Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Projeto de Lei n° 283/93, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César. Relator: Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Projeto de Lei n° 391/93, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Gisele Pacheco, Secretária da Comissão.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente
Gisele Pacheco - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 7.^a REUNIAO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, presidida pelo Senhor Deputado Namir Piacentini. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 215/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado Heinz Georg Herwig. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 208/93 de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator Deputado José Alves. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 276/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti. Relator Deputado José Alves. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar, lavrei a presente ata, que após de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
Richard R. Sotto Maior - Secretário